

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS



EM 2022 QUEREMOS DIGNIDADE

PROMOVER A DIGNIDADE

Os próximos desafios
de direitos humanos

COP26

A perspectiva da
cimeira dos povos

OUTROS OLHARES

Jacobabad, uma das cidades
mais quentes do mundo

NESTA EDIÇÃO:



08

Dossiê – Dignidade: ser respeitado também é um direito



14

Migrantes e refugiados sem proteção nas Américas



28

MOSTRA-ME, mostra de documentários de DH



44

Grande Entrevista: Boris Cheshirkov, Porta-voz do ACNUR para a Crise Climática



48

Hungria: A ameaça ao estado de direito



Foto de capa:
© Shakil Adil / Amnesty International

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Gráfismo - Paulo Tavares

Paginação - Vanessa Costa

Colaboram neste número: Ana Patrícia

Cardoso, Augusto Freitas de Sousa, Francisco

Colaço Pedro, José Alexandre Silva, Luís

Nascimento, Margarida Oliveira, Sílvia Carvalho

d'Almeida, Sofia Caseiro, Sofia Craveiro e Sónia Santos Dias.

Revisão: José Alexandre Silva, Guilherme Malaquias

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal

Rua dos Remolares, 7 - 2.º

1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

A dignidade é parte da nossa humanidade

A dignidade da pessoa humana é um direito fundamental em si mesma, mas vai além disso, sendo também a base efetiva dos direitos fundamentais. A dignidade é considerada no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos como aspecto fundamental dos direitos humanos, ao referir que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. Assim, é central a todos os direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A dignidade humana é também o reconhecimento de que os seres humanos possuem um valor intrínseco à sua humanidade e que, por isso, são dignos de respeito e detentores destes direitos, porque são seres humanos. E por isso, **ao dizermos que, em 2022 queremos dignidade, estamos a ambicionar ao sonho de termos os direitos humanos em pleno, sem restrições nem exceções.**

Na segunda metade de 2021, a situação no Afeganistão marcou muito do espaço mediático, depois de os Talibãs assumirem o poder e se verificar um retorno da repressão e perseguição das mulheres. Para estas mulheres, a dignidade passa pela possibilidade de viverem sem medo, pela igualdade de direitos, pela possibilidade de terem uma voz ativa na sociedade.

Já no final de 2019, as notícias que

abriam os jornais eram referentes a uma ‘caravana’ de migrantes que atravessava o sul das Américas em direção aos Estados Unidos da América. O tema deixou de estar nos holofotes do mundo, mas o problema persiste, com inúmeros casos de violações graves do direito internacional praticados por diversos Estados contra migrantes e refugiados que procuram escapar à doença, à fome e à violência, bem como de catástrofes naturais provocadas ou agravadas pelas alterações climáticas. Para estas pessoas, a dignidade é a possibilidade de refazerem a sua vida, em segurança e paz, para si e para as suas famílias.

A dignidade para pessoas refugiadas é também o foco do ComParte, um projeto português que procura fazer a integração destas pessoas tendo por base as suas experiências, o seu percurso, quais as maiores dificuldades, o contexto, a cultura e as vivências de cada um. Aqui, ganha vida o axioma “cada caso é...” uma história de vida única.

Em Jacobabad, no Paquistão, os efeitos das alterações climáticas são já bem visíveis, uma realidade que afeta os cerca de 200 mil habitantes desta cidade. No verão, as altas temperaturas e a falta de humidade prolongam-se por semanas seguidas, chegando a pontos que não permitem sequer que o corpo transpire para arrefecer. As pessoas mais pobres, em especial os assalariados diários, são quem mais sofre e fica mais vulnerável. Aqui, a dignidade começa pela sobrevivência. É urgente que os países com maior responsabilidade pelas alterações climáticas não só descarbonizem as suas economias, mas também providenciem apoio imediato para situações como a de Jacobabad, onde as alterações climáticas estão a criar centenas de milhares de vítimas.

É também por isso que os compromissos internacionais em matérias de transição energética e

descarbonização não podem ficar apenas nas cimeiras e em acordos, têm que se tornar efetivos. É imperativo que encontros futuros, como a COP27, se foquem em soluções que incluam a voz dos países e regiões mais afetados, o que não aconteceu com a COP26. Até lá, o “verdadeiro trabalho” vai continuar fora das salas, como na Cimeira dos Povos, juntando todas as pessoas focadas na solução. Os direitos à liberdade de expressão e de informação são também dimensões fundamentais da dignidade humana. Mas em tantos países, exercer jornalismo pode significar arriscar a perseguições, difamações, intimidações, atentados à integridade física e até mesmo à própria vida. Ganha, por isso, uma simbologia tão significativa a atribuição do prémio nobel da paz a dois jornalistas, de países com um historial de vários atentados a quem exerce esta profissão: Maria Ressa, das Filipinas, e Dmitry Muratov, da Rússia. O nosso direito à privacidade é outro dos fatores fundamentais para a dignidade humana. O Projeto Pegasus mostra como a utilização indevida de spywares coloca em causa a privacidade, as liberdades individuais e a própria democracia, uma vez que nem os jornalistas, nem os defensores de direitos humanos, nem o cidadão comum estão a salvo de serem atacados. Urge por isso a criação de regulação a nível internacional para a criação, venda e utilização deste tipo de software.

Dão-nos animo as boas notícias, como a absolvição e a libertação de pessoas injustamente condenadas ou presas, que nos lembram que a esperança e o trabalho contínuo têm frutos positivos. Mas há ainda muito caminho a fazer para se conseguir em pleno a garantia da dignidade para todas as pessoas. Até lá, continuamos juntos neste sonho e nesta visão, com a confiança de que a nossa humanidade prevalecerá.



**Social
security
benefits**

-18.000,00





A discriminação racial e étnica foi, desde o início, central na conceção do sistema algorítmico introduzido em 2013 pelas autoridades fiscais neerlandesas para detetar pedidos de abono de família incorretos e potencialmente fraudulentos. As autoridades tributárias utilizaram informações sobre a nacionalidade como fator de risco, onde os cidadãos não neerlandeses receberam pontuações de risco mais elevadas.

Os pais e cuidadores que foram selecionados pelo sistema tiveram os seus subsídios suspensos e foram submetidos a investigações hostis, caracterizadas por regras e políticas severas, interpretações rígidas das leis e políticas inflexíveis de recuperação dos subsídios. Tudo isto trouxe graves problemas financeiros às famílias afetadas, desde o endividamento e desemprego até aos despejos forçados, já que as pessoas não conseguiam pagar a renda ou as prestações das suas hipotecas.

Estas falhas de conceção discriminatórias foram reproduzidas por um mecanismo de autoaprendizagem que fez com que, ao longo do tempo, o algoritmo se tenha adaptado com base na experiência, sem supervisão humana significativa. O resultado foi um ciclo discriminatório, com os cidadãos não neerlandeses a serem mais frequentemente sinalizados como suspeitos de terem cometido alguma fraude do que as pessoas com nacionalidade neerlandesa.



Conheça o relatório em

<https://www.amnistia.pt/paises-baixos-alerta-algoritmos-racistas/>





No Egito, no exato momento em que lê estas palavras, 36 homens, pelo menos, encontram-se em risco de serem executados depois de terem tido julgamentos injustos realizados por tribunais de emergência. Estes tribunais, criados durante o estado de emergência que vigorou de 2017 a outubro de 2021, são na sua essência injustos, e mesmo com o fim do estado de emergência no país, prosseguem os julgamentos de centenas de pessoas, incluindo de defensores de direitos humanos e manifestantes pacíficos.

Já este ano, o Egito executou pelo menos 83 indivíduos, muitos dos quais condenados em julgamentos injustos. Alguns foram executados em segredo, com membros da família e entes queridos deliberadamente mantidos desinformados e sem poderem realizar uma última visita, o que infringe a lei egípcia.

A Amnistia Internacional está a pedir que sejam concedidos, a estes 36 homens, novos julgamentos que cumpram as normas internacionais de julgamento justo sem recurso à pena de morte.

DOSSIÊ

DIGNIDADE: SER RESPEITADO TAMBÉM É UM DIREITO



A dignidade humana é posta em causa sempre que cada refugiado não tem um sítio onde ficar, em cada mulher que não tem permissão para ser livre ou em cada criança que não tem possibilidade de desenvolver o seu conhecimento. A Amnistia Internacional trabalha, e vai continuar a trabalhar, para combater os atentados aos direitos humanos nas suas múltiplas facetas.



© Pierre Menor / Amnistia Internacional

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Este é o Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a 10 de dezembro de 1946, e assinada pelos atuais 193 países membros.

Passaram 75 anos e o valor do ser humano como identidade racional, livre e digna continua a ser posta em causa. Basta olhar para os recentes acontecimentos no Afeganistão, com as mulheres a serem relegadas para a nulidade social, para percebermos que retirar a dignidade a toda uma população é possível num ‘par de horas’.

Mas falamos também do trabalho infantil, do tráfico humano, dos refugiados, da falta de acesso a cuidados de saúde e educação em países de baixos rendimentos, da permanente vivência em condições indignas por parte de muitas pessoas, etc. Ou seja, falamos de várias expressões de vida sem dignidade que persistem pelo mundo fora. Tudo isto foi exponenciado pela pandemia da COVID-19. Acrescentando ainda que a dignidade tem sido, e é, posta em causa de cada vez que os direitos das pessoas são ultrapassados a coberto de medidas governamentais supostamente tomadas para combater a pandemia.

Também as alterações climáticas têm sido uma agravante que está a impactar com veemência os mais desfavorecidos, visto serem os primeiros, por exemplo, a ficar sem condições dignas de sobrevivência, sem casa, água disponível ou trabalho.

O ano de 2021, pelo potenciar destas duas catástrofes mundiais referidas – pandemia e alterações climáticas – ficará para a história como um dos

mais desoladores para os direitos humanos e para a dignidade a que cada ser humano tem direito.

No seu trabalho, a Amnistia Internacional procura que este conceito que dá valor à pessoa esteja presente junto dos que mais sofrem. São vários os projetos em que está envolvida e que vai continuar a trabalhar em 2022. Em prol da dignidade, em prol dos direitos humanos. Vamos rever alguns.

ACESSO GENERALIZADO À VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

Com uma pandemia a assolar o mundo, e uma vacina que surge como umas das principais armas de combate, são as populações dos países de baixos rendimentos as que estão em maior risco, com taxas de vacinação muito baixas – menos de 10% – enquanto nos países com rendimentos elevados já se dão terceiras doses e vacinam crianças. A campanha “Uma dose de igualdade: pelo acesso universal à vacinação COVID-19”, da Amnistia Internacional, pretende precisamente pressionar as empresas farmacêuticas e os Estados a cumprirem as suas obrigações para com os direitos humanos. É fundamental garantir a universalidade no acesso às vacinas, até porque enquanto não estiverem todos vacinados a pandemia não desaparece e novas estirpes podem ganhar força. É uma questão de direitos humanos, mas também de racionalidade económica.

Em julho de 2021, uma equipa liderada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pela Organização Mundial do Trabalho (OMT), pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) definiu um objetivo claro de vacinar 40% da população de cada país até ao final de 2021. Contudo, o relatório “Uma Dose Dupla de Desigualdade: as empresas farmacêuticas e a crise das vacinas

contra a COVID-19”), publicado em setembro último, contava na altura com menos de 10% da população de países de baixo e médio rendimento vacinadas e dezenas de milhares de outras a morrerem todas as semanas devido à doença.

PROTEGER OS DIREITOS DOS REFUGIADOS

Para além da pandemia, 2021 viu a crise de refugiados crescer de forma dramática. Continuam conflitos um pouco por todo o mundo e novas situações emissoras emergiram durante o ano. Falamos, por exemplo, da grave crise no Afeganistão, que desde que os Talibãs tomaram posse do país criou uma fuga de refugiados que tenta escapar ao duro regime imposto, sobretudo sobre as mulheres a quem lhes foi retirada toda a liberdade de atuação. Mais recentemente, a fronteira da Polónia com a Bielorrússia transformou-se num tampão para refugiados que tentam encontrar uma vida mais digna na União Europeia (UE). Aí chegados, ficam num limbo que já levou à morte de algumas pessoas. No Mediterrâneo, estima-se que, até abril de 2021, pelo menos 300 pessoas perderam a vida a tentar cruzar o mar. Segundo dados da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), entre 2014 e 2021, mais de 10 mil pessoas perderam a vida ao tentarem atravessar estas águas. Estima-se que, em 2020, o número de pessoas forçadas a sair do seu local de origem devido a perseguição, violência, conflito armado ou outras violações de direitos humanos ultrapassou os 80 milhões.

Neste campo, a Amnistia Internacional ajuda a prevenir que refugiados sejam deportados para serem colocados em situações de perigo, atua para que os seus direitos sejam respeitados e protege os migrantes mais vulneráveis de serem explorados e abusados por entidades patronais, traficantes e



contrabandistas. E emite regularmente petições para angariar apoio que defenda estas causas.

A CRISE CLIMÁTICA É UMA CRISE DE DIREITOS HUMANOS

A agravar tudo isto, uma crise climática sem precedentes, ela própria geradora de refugiados que perdem casas, empregos, saúde e todo um modo de vida em cada vez mais frequentes fenómenos ambientais

extremos. Estima-se que, até 2050, entre 50 a 200 milhões de pessoas sejam forçadas a deixar as suas casas e as suas terras por motivos de desastres naturais em virtude das alterações climáticas. Estima-se também que, em média, morram três milhões de pessoas por ano devido à poluição do ar. Mulheres, crianças, e idosos são os grupos mais vulneráveis. Recentemente, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas reconheceu, pela primeira



© Barbara Zandoval on Unsplash



© Markus Spiske on Unsplash

vez, que ter um meio ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito humano. Foi salientado que a degradação ambiental e a mudança climática são crises de direitos humanos interligadas.

A Amnistia Internacional corrobora, salientando que todos os direitos humanos estão gravemente em risco por força das alterações climáticas. Neste sentido, para além de todos os instrumentos já existentes de combate

às alterações climáticas, como o Acordo de Paris ou o Pacto Ecológico Europeu, a Amnistia criou um extenso plano, intitulado 'Parem de Queimar os Nossos Direitos', com indicações de como os estados e corporações podem travar esta luta. Por exemplo, os países devem implementar estratégias nacionais e internacionais para reduzirem as emissões de gases; devem eliminar subsídios a combustíveis fósseis; devem apoiar aqueles que já estão a sofrer com os eventos climáticos, etc. Também são criadas petições para chamar a atenção e envolver as pessoas na defesa destas causas.

VIGILÂNCIA DIGITAL AMEAÇA DIREITOS

Outra ameaça aos direitos humanos vem do mundo digital. Têm ocorrido violações dos direitos humanos em larga escala, através da vigilância digital secreta, segundo apurou um relatório da Amnistia Internacional, lançado em julho de 2021. O relatório "A Descobrir o *Iceberg*: A Crise da Vigilância Digital provocada pelos Estados e pelo Setor Privado" revela o impacto devastador da indústria de *spyware*, com fraca regulamentação, nos direitos humanos em todo o mundo. Tais infrações, cometidas por governos contra ativistas e defensores dos direitos humanos e com a colaboração de algumas empresas tecnológicas, colocam em causa direitos de liberdade de expressão e de associação. Neste sentido, a Amnistia Internacional apelou a uma moratória imediata sobre a exportação, venda, transferência e utilização de tecnologia de vigilância até que exista um quadro regulamentar em conformidade com os direitos humanos. "Se os próprios líderes mundiais estão a ser um alvo, isto significa que os direitos de todos, em especial, ativistas de direitos humanos, jornalistas e advogados, estão em risco", declarou na altura Agnès Callamard, secretária-geral da Amnistia Internacional.

ATAQUE AOS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Destacamos, por fim, o continuar dos atentados aos direitos económicos, sociais e culturais. Os governos têm o dever de garantir o exercício destes direitos a todos os cidadãos. O acesso à educação, a cuidados de saúde e a uma habitação digna deve estar no topo das prioridades. Ainda assim, não é isso que acontece em muitas geografias. No mundo, persistem realidades como 889 milhões de pessoas a viverem em bairros degradados; 61 milhões de crianças, principalmente meninas, sem acesso à educação; ou 8,1 milhões de crianças a morrerem antes dos cinco anos de idade por causas evitáveis e doenças para as quais existe cura.

Para a Amnistia Internacional, esta situação não se deve apenas à falta de recursos, mas também a fatores de negligência e discriminação. Por exemplo, muitas das questões em torno da pobreza estão relacionadas com a violação dos direitos económicos, sociais e culturais, entre os quais, direitos no trabalho, direito à educação, direito à habitação adequada, etc. A organização de defesa dos direitos humanos considera que os governos simplesmente não estão dispostos a fazer algo para solucionar estas questões.

Neste campo, a Amnistia Internacional trabalha com comunidades em todo o mundo, capacitando-as com conhecimento e ferramentas a fim de reivindicarem os seus direitos junto das entidades governamentais e, assim, melhorarem as suas condições de vida. Estabelece também parcerias estreitas com ativistas locais, para melhor fazer passar esta mensagem de que a vida pode melhorar, porque todas as pessoas têm direitos e estes devem ser respeitados. Assim o dita a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mulheres no Afeganistão.

Uma luta para viver sem medo

Os talibãs assumiram o poder no Afeganistão vinte anos após uma passagem pelo Governo marcada pela repressão e perseguição das mulheres. O que significa agora este regresso para um povo cansado de lutar? E para a comunidade feminina que estava a conquistar o espaço no desenvolvimento do país?

O mundo assistiu estupefacto à retirada das tropas norte-americanas do Afeganistão, em agosto. O país ficou entregue aos talibãs, que regressaram ao Governo depois de uma primeira experiência, na década de 1990. A comunidade internacional parecia mobilizar-se para evitar o caos, à medida que surgiam mais imagens de uma multidão desesperada no aeroporto da capital Cabul, a implorar por um lugar no avião para longe. Meses depois, o assunto já não abre noticiários, as nações retiraram as suas comitivas e não voltaram e o futuro está cada vez mais incerto – e perigoso – para quem ficou. Sobretudo para as mulheres, principal grupo-alvo dos constantes ataques aos direitos humanos do grupo extremista islâmico. Ainda a recuperar do choque dos acontecimentos, a sensação generalizada é que há muito por explicar. Samira Hamidi, investigadora afegã que reside em Colombo, no Sri Lanka, falou com a Amnistia Portugal e admitiu que o coração está na terra natal. “Ainda acho que vou acordar e isto é tudo um pesadelo”, porque apesar de temerem que este dia chegasse desde que se iniciou o processo de paz em 2010, “ninguém estava preparado para que fosse tudo tão rápido e fácil”, assume “a forma como o Presidente Ashraf Ghani fugiu ou como os EUA nos entregaram aos talibãs ainda é um choque”.

A partir de 15 de agosto, a vida mudou e fugir tornou-se a única saída para sobreviver – e também para lutar. “Se eu estivesse no Afeganistão, não seria fácil movimentar-me. E a maioria das mulheres estão escondidas, as ativistas que tinham voz e um papel ativo na sociedade tiveram de desaparecer do radar”. Na memória, ainda ferem os anos de repressão e violência da década de 1990. A Associação Revolucionária das Mulheres do Afeganistão (RAWA), fundada em 1977, com sede em Quetta, no Paquistão, que atua na luta pelos direitos das mulheres afegãs, reuniu algumas das medidas que os talibãs impuseram à data, ao abrigo de uma interpretação radical da Sharia, lei islâmica. A título de exemplo, as mulheres não podiam trabalhar fora de casa, à exceção de um número reduzido de médicas e enfermeiras; não saíam à rua sem um acompanhante homem, não iam à escola, não podiam ser vistas por um médico, mostrar qualquer parte do corpo a estranhos ou ir à varanda de casa. A voz ou riso não podia ser ouvido em público; não podiam aparecer em revistas ou livros, muito menos rádio ou na televisão. Estavam também proibidas de praticar desporto, entre outras sanções. Ainda que não tenham sido impostas todas estas medidas de novo, a verdade é que têm sido dados passos lentos nessa direção. Em meados de novembro, o Ministério da Promoção da

Virtude e Prevenção do Vício apelou às estações de televisão afegãs para que deixassem de transmitir séries e novelas com a participação de mulheres. Samira acredita que o discurso tende a agravar-se e “vive-se um clima de ódio. Algo como ‘vocês promoveram a agenda do ocidente por 20 anos e agora acabou’. E esta é uma narrativa completamente errada”, já que a presença norte-americana em solo afegão depois dos atentados de 11 de setembro não foi bem-vinda nem ‘salvou as mulheres’, como a narrativa americana quer fazer passar. “A luta pelos direitos das mulheres está no país há décadas, antes da chegada das forças ocidentais. Os Estados Unidos não nos deram a nossa liberdade, não nos deram direitos. Os nossos direitos já estavam lá, temos de deixar isso claro”, vincula a investigadora. Essa batalha intensifica-se agora, com uma geração da



© IsaaK Alexandre KaRslan on Unsplash

diferente, mais informada e preparada. “Estas pessoas são educadas, economicamente independentes, são elas que ajudam as famílias, não estamos em 1996. Tirar-lhes tudo de uma vez e dizer-lhes para ficar em casa simplesmente não vai funcionar, não é prático e o regime atual percebe isso, senão teria corrido muito pior desde a primeira semana”. No entanto, as consequências já são inevitáveis. Sem emprego, muitas mulheres ficaram sem possibilidade de se sustentarem ou ajudar os agregados familiares e a pobreza é uma realidade cada vez mais visível. “O meu país está a atravessar uma crise humanitária muito séria”, alerta Samira.

NOVA GERAÇÃO

Samira tem uma sobrinha com 14 anos e essa geração de jovens – e a

seguinte – não viveu o primeiro governo dos talibãs. “Por um lado, querem ir à escola e não entendem porque não o podem fazer, nunca lidaram com este tipo de resistência e sinto que podem ficar francamente traumatizadas. Por outro lado, as mais velhas estão na rua e falam para o mundo, desafiam os homens, mesmo sabendo que podem ser agredidas ou atacadas, ou pior, os talibãs ameaçam ir atrás das suas famílias. Soube de casos em que dizem a estas ativistas que lhes levam o pai ou o irmão. Todos os dias, têm medo do que pode acontecer”, diz. Mas não desistem. “Vai durar ainda algum tempo para as mulheres que fugiram se organizem, para surgirem mais movimentos, mas acredito que ainda vamos ver mais ativistas por todo o mundo, mulheres afegãs - e não só - que falam a uma só voz contra esta repressão.” No entanto, para haver controlo sobre a

ação do atual Governo, não dependerá só da ação da comunidade feminina, tanto Samira como as restantes companheiras de luta admitem. “Nós somos um país economicamente dependente, precisamos do apoio financeiro a longo prazo da comunidade internacional - que inclui os Estados Unidos – não sobrevivemos sem isso. A comunidade internacional tem feito alguns comentários de apoio, mas agora têm de agir, têm de fazer valer o seu poder”. Agora é a altura. Tudo vai depender também da legitimidade que a comunidade internacional dará ao regime dos talibãs. Se este for condicionado por parâmetros que envolvam os direitos humanos, em particular, das mulheres, “tenho alguma esperança”, diz esta investigadora que, mesmo de longe, passa os seus dias a denunciar as agressões contra mulheres. “Podia ser eu”.



DOSSIÊ

Migrantes e refugiados sem proteção nas Américas

Sucedem-se os casos de violações graves do direito internacional praticados por diversos Estados contra migrantes e refugiados que procuram escapar à doença, à fome e à violência. Os atropelos crescentes são transversais a todo o território americano.

© Amnesty International / Sérgio Ortiz

Os movimentos migratórios na América têm-se vindo a modificar nos últimos anos. As fronteiras problemáticas onde se registam graves atropelos aos direitos humanos já não são tendencialmente entre o México e os Estados Unidos, mas passaram a incluir países da América Central e América do Sul. O México passou de país de trânsito a destino para milhares de migrantes que procuram proteção e asilo, que só este ano podem chegar aos 100 mil. O relatório “Not Safe Anywhere” da Amnistia Internacional, publicado este ano, dá conta que o México implementou medidas para restringir o acesso à proteção para os haitianos e guatemaltecos que incluem a deportação para os seus países, violando o princípio

de “non-refoulement” estabelecido pela Convenção de Genebra, que determina que nenhum Estado expulsará um refugiado para as fronteiras dos territórios onde a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas. Por outro lado, noutra investigação levada a cabo pela Amnistia Internacional em 2021, com o foco na “Proteção negada a venezuelanos em Curaçau”, a organização concluiu que a situação dos refugiados não melhorou desde a publicação do seu relatório “Detidos e Deportados”, em 2018.

Na América Central há um crescente fluxo de refugiados e

migrantes que fogem da violência, das perseguições, das catástrofes naturais ou provocadas pelas alterações climáticas, da pobreza e da falta de condições de saúde. Aumentou exponencialmente o número de deslocados que enfrentam as falhas graves dos diferentes governos ao lidar com o problema, tantas vezes colocando-os em situação de risco de vida. Números divulgados pelo Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) apontam para quase um milhão de pessoas que fugiram de casa em El Salvador, Guatemala e Honduras, vítimas de violência sexual, ameaças de morte e extorsão em comunidades controladas por gangues criminosos, a par de dificuldades económicas e crescente degradação ambiental. Na Nicarágua, a perseguição política e as violações dos Direitos Humanos têm causado novas deslocações em grande escala. Para muitas famílias, a escolha passa por partir ou morrer.

A Amnistia Internacional detetou violações graves na assistência a refugiados e migrantes, nos Estados Unidos da América (EUA) e no México e revelou que ambos os governos enviaram milhares de crianças migrantes desacompanhadas de volta aos seus países de origem, sem garantir que o pudessem fazer em segurança. Os EUA devolveram mais de 95% das crianças mexicanas desacompanhadas, detidas pelas patrulhas de fronteira entre novembro de 2020 e abril de 2021. Muitas fugiam da violência ou perseguição e tentavam reunir-se com familiares no país. Também noutras regiões fronteiriças as autoridades mexicanas intercetaram e deportaram milhares de crianças sozinhas a caminho dos Estados Unidos. A prática tem vindo a crescer ao longo dos anos e, mesmo com algumas medidas legislativas que proibiram, por exemplo, a detenção nas instalações

das forças de segurança responsáveis pela imigração, as autoridades no terreno continuam a desconhecer os direitos das crianças.

Parte destas deportações incidem sobre os haitianos que nos últimos anos estão, como aponta um relatório da Amnistia Internacional, “sem segurança em nenhum lugar”. O grande terramoto em agosto deste ano apenas agravou a situação política e económica no Haiti, o que tem facilitado violações massivas dos Direitos Humanos e violência generalizada. Milhares de haitianos viajaram por terra, com destaque para o Brasil e o Chile, ao longo de rotas extremamente perigosas. A Organização Internacional para as Migrações refere que entre 19 de setembro e 19 de outubro de 2021, vários países deportaram cerca de 10.800 haitianos de volta ao Haiti, a maioria deles transferidos pelos Estados Unidos, muitas vezes usando força excessiva. Porém, é o próprio Departamento de Estado americano que desaconselha todas as viagens ao Haiti por risco de sequestro, crime, agitação civil e COVID-19. O relatório da Amnistia Internacional conclui que os países na América falham na proteção internacional e segurança dos haitianos em trânsito, expondo-os a uma série

de violações dos Direitos Humanos, com detenções e deportações ilegais, extorsão, discriminação racial, abusos, incluindo violência de género cometida por grupos armados, e ainda falta de acesso a habitação, saúde e emprego.

As mesmas acusações de falta de proteção são feitas às autoridades de Curaçau, um dos destinos escolhidos por parte dos cerca de 5,6 milhões de migrantes e refugiados venezuelanos que fugiram das crises políticas e económicas que atingiram o país nos últimos anos. A apenas 40 milhas da costa venezuelana, Curaçau optou por pertencer aos Países Baixos, que tem a responsabilidade de lidar com a política externa, incluindo a garantia da proteção dos Direitos Humanos. Apesar da obrigação, o governo de Haia tem insistido que a política de migração é um assunto interno de Curaçau.

O relatório de 2018 da Amnistia Internacional já denunciava as detenções ilegais, o tratamento degradante e desumano e a separação dos filhos, mas o título do novo relatório da Amnistia Internacional, com data de 2021, diz tudo sobre o que se passa: “Ainda sem segurança – Proteção negada a venezuelanos em Curaçau”.



© Amnesty International / Sergio Ortiz



DOSSIÉ

Os ataques à imprensa livre

A imprensa livre tem “um papel crítico na informação confiável, verificada e universalmente acessível para salvar vidas e construir sociedades fortes e resilientes”.

A declaração de António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), proferida em maio passado, na comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, continua válida nos dias de hoje, em que os ataques à liberdade de expressão continuam a existir um pouco por todo o mundo, tentando condicionar o acesso das pessoas à informação precisa e verdadeira.

No relatório da Amnistia Internacional “Silenciados e Desinformados: Liberdade de Expressão em Perigo Durante a COVID-19” é revelado, de forma clara e concreta, como, ao longo desta crise sanitária, o recurso dos governos e das autoridades à censura e à punição reduziu a qualidade da informação que chega às pessoas.

A pandemia desencadeou uma situação perigosa, na qual múltiplos governos recorreram a nova legislação para desativar fontes independentes e atacar pessoas que criticaram diretamente o seu governo ou

procuraram analisar a sua resposta nacional à COVID-19. “Ao longo da pandemia, os governos lançaram um ataque sem precedentes à liberdade de expressão, limitando severamente os direitos das pessoas. Foram visados canais de comunicação, censuradas redes sociais e encerrados órgãos de comunicação – o que contribuiu para o impacto terrível na capacidade de o público aceder a informação vital para mais facilmente lidar com a COVID-19”, mencionou Rajat Khosla, diretor sénior de investigação, *advocacy* e *policy* da Amnistia Internacional.

“No meio de uma pandemia, foram muitos os jornalistas e profissionais de saúde silenciados e detidos. Como consequência, as pessoas não tiveram acesso à informação sobre a COVID-19, nomeadamente de que forma se podiam proteger a si mesmas e às suas comunidades. Muitos milhões de pessoas perderam a sua vida para a COVID-19, e a falta de informação terá sido, provavelmente, um fator contributivo.”

OS NÚMEROS FRIOS DA AMEAÇA

A Plataforma do Conselho da Europa para promover a Proteção do Jornalismo e a Segurança dos Jornalistas publicou, também, no final de abril, um relatório que sustenta o estudo feito pela Amnistia, assumindo que as ameaças à liberdade de informação aumentaram 40% em 2020, nos 47 países do Conselho da Europa, sendo que 201 desses casos foram considerados graves. O documento destacou ainda as intimações específicas à liberdade dos órgãos de comunicação social e as restrições extraordinárias impostas às atividades dos jornalistas, por leis e regulamentos que deram resposta à pandemia da COVID-19, como um dos fatores fundamentais para o passo seguinte, ou seja, um número recorde de ataques físicos a

jornalistas (52 casos) e de assédio ou intimidação (70 casos).

O CASO DE ZHANG ZHAN

Num caso assustador, a jornalista-cidadã chinesa Zhang Zhan viajou para Wuhan, em fevereiro de 2020, para reportar o surto da COVID-19. Através das redes sociais, denunciou a forma como elementos do governo tinham detido jornalistas independentes e perseguido familiares de pacientes com COVID-19.

Até então, os jornalistas-cidadãos eram a única fonte de informação não censurada e os únicos que partilhavam notícias sobre a pandemia em primeira mão. Acabou por desaparecer em maio de 2020, tendo sido, depois, revelado que Zhang Zhan esteve detida pela polícia, foi acusada de “estimular conflitos e provocar distúrbios” e foi, posteriormente, condenada a quatro anos de prisão.

“Devemos sempre procurar a verdade e procurá-la a qualquer custo. A verdade sempre foi o bem mais precioso no mundo. É a nossa vida”, assumiu Zhang Zhan, que é um dos nomes escolhidos pela Amnistia Internacional para a sua Maratona de Cartas e que no passado mês de novembro foi galardoada pelos Repórteres Sem Fronteiras (RSF) com

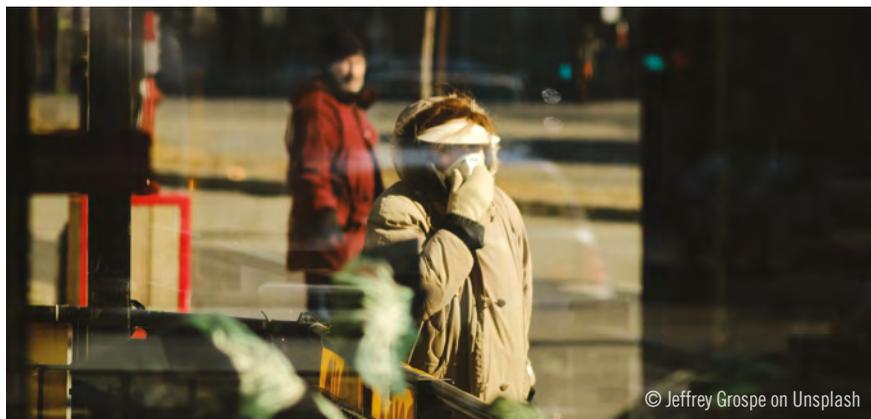
o prémio de liberdade de imprensa, em conjunto com a palestina Majdoleen Hassona e a investigação “Pegasus”. Os prémios concedidos anualmente pela ONG internacional, com sede em Paris, reconhecem o valor e a independência dos jornalistas que têm contribuído para a defesa ou promoção da liberdade de imprensa no mundo.

A DESINFORMAÇÃO E A INDEPENDÊNCIA

“É evidente que as restrições à liberdade de expressão relacionadas com a COVID-19 não são apenas medidas extraordinárias e temporárias para lidar com a atual crise pandémica. Elas fazem parte de uma ofensiva aos direitos humanos que tem ocorrido a nível global nos últimos anos – os governos encontraram só uma outra desculpa para intensificar o seu ataque à sociedade civil”, afirmou Rajat Khosla.

O relatório da Amnistia Internacional destaca também o papel das empresas de redes sociais na facilitação da rápida difusão de desinformação em torno da COVID-19. Isto porque as plataformas são concebidas para ampliar o conteúdo que atrai a atenção dos utilizadores e não fizeram a devida diligência para impedir a disseminação de informações falsas e enganosas.

A Amnistia Internacional apela aos Estados para que deixem de utilizar a pandemia como desculpa para silenciar a informação independente, que levantem todas as restrições indevidas ao direito à liberdade de expressão e que providenciem informação credível, fidedigna e acessível, para que o público possa ser plenamente informado sobre a pandemia. A censura não ajuda a lidar com a desinformação, os meios de comunicação livres e independentes e uma sociedade civil forte sim, ajudam.





LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA

Num relatório lançado em outubro, a Amnistia Internacional alertou para os ataques à liberdade de expressão por parte de vários governos durante a pandemia da COVID-19 que, combinados com uma enchente de desinformação por todo o mundo, tiveram um impacto devastador sobre as pessoas, prejudicando a sua capacidade para aceder a informação precisa e oportuna que as ajudasse a lidar com a crescente crise de saúde global.

O relatório mais recente da UNESCO relativo às tendências mundiais sobre liberdade de expressão e de imprensa 2021/2022, lançado a 17 de novembro de 2021, vem confirmar aquilo que a Amnistia Internacional já tinha dito, ao mesmo tempo que lança um alerta: o jornalismo livre é um bem público e tem de ser preservado e defendido. Alguns dados de seguida.

A PANDEMIA FOI PRETEXTO PARA VIOLAÇÕES À LIBERDADE DE IMPRENSA

102

SITUAÇÕES DE RESTRIÇÕES AO ACESSO A INFORMAÇÃO

Acesso restrito a funcionários/conferências de imprensa, regra de liberdade de acesso a informação suspensas/ou prazos prolongados, Impedimento de viajar/proibições, Carteiras de imprensa/acreditações revogadas ou negadas.

215

DETENÇÕES E ACUSAÇÕES

Prisões, detenções, processos judiciais e investigações criminais contra jornalistas e empresas de media durante a pandemia da COVID-19.

95

CASOS DE CENSURA

Websites bloqueados, encerramento forçado de empresas de media, proibição de publicação, intimações para retirada de informação e obrigatoriedade de a apagar.

238

ATAQUES VERBAIS OU FÍSICOS

Ataques físicos por parte das autoridades ou público, ataques verbais ou intimidações por parte das autoridades ou público, intimidação online ou difamação

Dados: <https://ipi.media/covid19-media-freedom-monitoring/>



022

PANDEMIA E DESINFORMAÇÃO



Só em setembro de 2020 os investigadores identificaram mais de **1 milhão de tweets** com informação incorreta, não verificada e enganadora relacionada com a pandemia.

Dados: COVID19 infodemics observatory



Entre março e abril de 2020 uma rede de mais de 100 organizações de verificação de dados e grupos de media denunciaram mais de **1.700 notícias** com informação falsa sobre a COVID-19 num mês.

Dados: Poynter Institute



AMEAÇAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO ONLINE

Pelo menos **57 LEIS EM 44 PAÍSES** representam uma ameaça À liberdade de expressão online.

Foram adotadas ou emendadas entre **2016 e 2020**, contendo linguagem vaga ou punições desproporcionadas que ameaçam a **liberdade de expressão online** e a **liberdade de imprensa**.

Dados: UNESCO

Verificou-se um declínio nas mortes de jornalistas nos últimos cinco anos, contudo o número de jornalistas presos atingiu um novo máximo.

	2016	2017	2018	2019	2020
Jornalistas mortos	102	80	90	57	62
Jornalistas presos	272	271	256	251	274



SECÇÃO

Jornalismo sem medo

No ano em que dois jornalistas, a filipina Maria Ressa e o russo Dmitry Muratov, foram laureados com o Prémio Nobel da Paz, há centenas de repórteres presos e perseguidos por fazerem o seu trabalho. Estes são alguns dos casos que a Amnistia Internacional tem acompanhado, em países onde exercer esta profissão é arriscar a vida.

Quando Maria Ressa deixou a CNN para fundar a *Rappler*, órgão dedicado ao jornalismo de investigação, talvez não tivesse o Nobel da Paz em mente, mas tinha a vontade de “usar a liberdade de expressão para trazer a público os abusos do poder, o recurso à violência e o crescente autoritarismo que existe no seu país natal, as Filipinas”, afirmou Berit Reiss-Andersen, a presidente da Academia Nobel. Ressa tem usado os recursos da sua plataforma para defender os factos, acima de tudo, “e o *Rappler* tem sido um agente crucial no escrutínio ao regime do presidente Rodrigo Duterte, um regime controverso e assassino”, declarou Reiss-Andersen. O seu trabalho, agora reconhecido, tem-lhe valido inúmeras ameaças de

morte, perseguições e até acusações na justiça, nomeadamente, de evasão fiscal. Já Dmitry Muratov é uma figura incontornável do jornalismo na Rússia. É um profissional que “há décadas defende a liberdade, em condições cada vez mais difíceis”, disse a Academia Nobel, e a publicação que fundou na década de 1990, *Novaja Gazeta*, é “o jornal mais independente na Rússia, nos dias de hoje”. Com um jornalismo “baseado em factos”, tornou-se “uma fonte importante de informação acerca de vários aspetos censuráveis que existem na sociedade russa”. “Os adversários do *Novaja Gazeta* responderam com perseguição, ameaças, violência e assassinios”, lembra a Academia, assinalando que

desde a inauguração do jornal “seis jornalistas foram mortos”. A Amnistia Internacional reconhece a importância da mensagem transmitida com este prêmio. Esta é “uma vitória não apenas para o jornalismo crítico e independente nas Filipinas e na Rússia, mas também para a luta por justiça, responsabilidade e liberdade de expressão em todo o mundo”, escreveu Agnès Callamard, secretária-geral da Amnistia Internacional. E os números podem confirmar que tanto Ressa como Muratov representam as centenas de profissionais que, através do seu trabalho, lutam por um mundo mais justo. Em 2020, 274 jornalistas estavam na prisão, de acordo com a Federação Internacional de Jornalistas (IFJ). Estes números estão constantemente em mudança, uma vez que a pandemia do novo coronavírus intensificou as perseguições em algumas nações, nomeadamente, na China. De facto, poucos países apresentam um desafio maior ao trabalho jornalístico. Segundo o Índice Mundial da Liberdade de Imprensa de 2021 apresentado pelos Repórteres Sem Fronteiras (RSF), que classifica cada país com base na forma como trata os jornalistas, dos 180 da lista, apenas três tratam pior estes profissionais do que a China: o Turquemenistão, a Coreia do Norte e, em último, a Eritreia. Os críticos do regime do Presidente Xi Jinping têm sido perseguidos e encarcerados, como o também Prémio Nobel da Paz, Liu Xiaobo, que foi preso político por apelar à ao fim do regime comunista de partido único, ou o ativista tibetano Kunchok Jinpa que morreu, no início deste ano, por maus-tratos na prisão. E ainda há mais de 120 jornalistas e “defensores da liberdade de imprensa” que continuam presos - mais do que em qualquer parte do mundo - de acordo com os RSF.

Um dos casos seguidos pela Amnistia Internacional é o da jornalista Zhang Zhan, que desapareceu em Wuhan,

em maio de 2020, para depois ser confirmada a sua detenção. Quando a cidade de Wuhan entrou em confinamento, Zhan foi uma das poucas cidadãs jornalistas que mostrou ao mundo o que realmente se passava no epicentro da pandemia. Foi condenada por “começar distúrbios e provocar problemas” e, para protestar contra a sentença, iniciou uma greve de fome que dura até hoje, com a saúde a deteriorar-se a uma velocidade dramática. A Amnistia Internacional exige a sua libertação imediata.

Outro país que representa uma séria ameaça à liberdade de imprensa é a Bielorrússia. “Os jornalistas estão a fazer um trabalho corajoso para garantir que o mundo tem conhecimento da repressão brutal das autoridades aos protestos. É assustador ver até onde o governo vai para omitir estas informações, atacando repórteres, destruindo os seus equipamentos e atirando dezenas para a prisão”, denunciou a diretora para a Europa Oriental e Ásia Central da Amnistia Internacional, Marie Struthers. Até agora, a Associação de Jornalistas da Bielorrússia documentou a detenção de pelo menos 55, mas este número pode ser superior. Um dos últimos casos a quebrar fronteiras e ser denunciado mundialmente foi o do jornalista Roman Protasevich, de 26 anos, diretor dos canais *Telegram Nexta* e *Nexta Live* e um opositor do regime de Alexandr Lukashenko desde os seus tempos de adolescente (já tinha sido preso em



manifestações aos 16 anos, em 2011). Em maio, Roman foi detido num avião comercial, desviado para Minsk quando voava de Atenas para Viena. A 19 de novembro de 2020, Protasevich, juntamente com o fundador dos canais *NEXTA*, Stepan Putilo, já tinha sido incluído numa lista de pessoas acusadas de “atividades terroristas” pelo Comité de Segurança do Estado (KGB) da Bielorrússia. Acabou por aparecer em vídeos a afirmar que estava bem e que estaria em prisão domiciliária, mas relatos da família apontam para o isolamento total e agentes do KGB a viver com ele.

O Egito está entre os países mais perigosos para exercer a atividade e a Amnistia documentou 37 casos de jornalistas presos, numa escalada da repressão governamental contra a liberdade de imprensa, muitos acusados de “divulgação de notícias falsas” ou de “utilização indevida das redes sociais”, ao abrigo de uma ampla lei anti-terrorismo de 2015 que expandiu a definição de terror para incluir todos os tipos de dissidência.

Os RSF denunciaram à Organização das Nações Unidas (ONU) dez casos de detenções arbitrárias, em abril de 2020. A ONU confirmou esta arbitrariedade, mas apenas três dos jornalistas foram, entretanto, libertados. Os restantes ainda continuam detidos. “As Nações Unidas lançaram uma dura condenação e um aviso ao Egito de que não, o jornalismo não é um crime”, diz Sabrina Bennoui, a chefe da secretária da RSF para o Médio Oriente.

Numa altura em que o combate à repressão e à disseminação de notícias falsas está mais aceso do que nunca, falar sobre estes casos (apenas exemplos, entre as centenas de denúncias por todo o mundo, incluindo, Malásia, Myanmar, Moçambique, Qatar, Afeganistão, etc...) é fundamental para garantir que a verdade continua a ser o valor que prevalece.



SECÇÃO

ComParte: Integração de refugiados com foco nas experiências pessoais

Compreender o percurso dos refugiados, perceber quais as maiores dificuldades que enfrentam e de que forma é possível facilitar a sua integração não é uma tarefa simples.

As complexidades são muitas e dependem do contexto, cultura e vivências de cada um. Cada história é uma história, pelo que é necessário ouvir tantas quanto possível. Só assim se consegue ter alguma noção das mudanças que todos necessitamos de concretizar para acolher quem chegou para ficar.

Foi para pôr em prática estas noções que, em 2015, nasceu o ComParte, um projeto que coloca o próprio refugiado no cerne de todos os processos de integração. Focado “no envolvimento cívico e transformação social” a iniciativa nasceu no seio da Fundação Maria Rosa, uma fundação privada, sem fins lucrativos, que se dedica desde 2013 ao “desenvolvimento da vitivinicultura e ao engrandecimento da região do Douro, bem como a ações de desenvolvimento cívico e bem-estar coletivo, a nível nacional”, conforme

descrito na página oficial.

O projeto ComParte nasceu, então, com o intuito de valorizar a “participação dos cidadãos na construção de estruturas sociais alinhadas com as necessidades e sonhos de todos e enriquecidas pelo contributo de cada um”, segundo a própria organização.

A ideia surgiu após um coletivo – que acabaria por estar na génese do ComParte – levar a cabo um processo de auscultação, no qual percebeu que o apoio a refugiados seria a melhor forma

de a fundação dar um contributo social. “O processo participativo envolveu desde focus groups, até inquéritos. Teve vários formatos”, explica Marta Trindade, responsável pela área da integração de refugiados do projeto. Durante essa iniciativa de participação comunitária “as pessoas sentiram-se muito impactadas por terem espaço para poderem partilhar as suas ideias e recomendações do que é que deveria ser criado. Então, o ComParte percebeu que isto teria de estar no cerne [de todas as ações]”, acrescenta.

Inspirando-se na metodologia da Fábrica da Mudança (ForandringsFabrikken) – um projeto norueguês de referência, no que respeita à participação das crianças no processo educativo – foram desenvolvidas diversas iniciativas, sempre com enfoque na partilha e audição das pessoas envolvidas. Inicialmente foram promovidas ações na área da educação, o que permitiu ao ComParte desenvolver e alargar a sua própria metodologia de intervenção social posteriormente.

Marta Trindade diz à AGIR que um dos focos do projeto é “criar contextos” para ouvir a experiência “dos utilizadores dos vários sistemas que existem na sociedade, para entender, do seu ponto de vista, o que é que está a funcionar e o que poderia funcionar de forma diferente, para que os sistemas que são criados lhes dar respostas e, no fundo, sejam o mais eficazes e mais humanos possível”.

Estes contextos baseiam-se em atividades e convívios pensados para fomentar laços entre a equipa e os beneficiários. Depois disso, passa a ser possível fazer entrevistas para explorar o percurso e dificuldades individuais de forma mais aberta. Com base nas declarações recolhidas, a equipa do ComParte elabora cadernos que funcionam como manuais de consulta de dificuldades enfrentadas, para

que qualquer pessoa possa perceber metodicamente o que é ser refugiado, com tudo o que isso acarreta.

Um dos mais recentes frutos deste tipo de trabalho foi o caderno “Como é começar do Zero?”, que resulta de entrevistas a 60 refugiados residentes nos municípios de Guimarães, Coimbra, Castelo Branco e Sintra. O documento, que está disponível online, mostra o resultado do projeto de mapeamento nacional que a equipa tem vindo a desenvolver, com o intuito de perceber o que acontece com os refugiados nas diferentes zonas do país, contrariando a habitual centralidade de Lisboa. “O caderno está organizado muito [em torno] do que é essencial para [a pessoa] se sentir bem integrada, o que é que aspira e como é que essas aspirações, digamos assim, estão a ser respondidas. Desde o papel que as pessoas à volta têm, o papel dos profissionais, como é que se acede à saúde, como é que é a escola, como é que é lidar com a questão dos documentos, como é que é a língua... Ou seja, passa mesmo pelas várias áreas temáticas”, explica Marta Trindade.

O trabalho, que tem cerca de 200 páginas, está redigido na primeira pessoa, pois pretende refletir as experiências a partir das vozes que as relataram, ao invés de ser algo resultante de uma visão exterior. “Nós registamos tudo o que eles dizem e depois fazemos uma análise de conteúdo das dezenas de sessões que fazemos, para encontrar, primeiro, o que é realmente relevante para o todo - e portanto que tem mesmo de constar em documentos que são partilhados - segundo, usar as palavras dos próprios, porque são elas que mostram melhor do que nada este conhecimento”, diz a responsável.

EXPERTS QUE SÃO RECONHECIDOS COMO TAL

A chave de tudo isto está na forma como os refugiados são encarados pela organização: são “prós da integração”, ou seja, especialistas que dão um contributo valioso para melhorar o sistema.

Diaby Abdourahmane era um deles, inicialmente. Veio para Portugal em 2007, oriundo da Costa do Marfim.





Após ser integrado no nosso país, quis ajudar pessoas que pudessem estar na mesma situação, mas que “não tivessem a mesma capacidade para falar português” ou outra língua alternativa, como o espanhol ou inglês. Fundou, em 2010, na Bobadela, a Associação dos Refugiados em Portugal, a primeira do género em terras lusas. Quando a crise humanitária espoletou, em 2015, foi contactado pelo ComParte, para ser “pró da integração”.

Esta “função”, conforme explica, é desempenhada por alguém que, como ele, “chegou a Portugal e teve de passar pela experiência de todas as estruturas de inserção criadas para os refugiados”. “Significa que, eu, em Portugal, passei no SEF, depois estive num centro [de acolhimento], fui para a Santa Casa, onde tinha um quarto, fiz as minhas entrevistas de emprego”, etc. Diaby reconhece a particular importância destas ações de auscultação pois “nenhum português sabe o que se passa no SEF”, por exemplo.



Em 2019 passou a integrar a equipa fixa do ComParte para ajudar a “planear e encontrar estratégias de aproximação aos refugiados com as suas diversas culturas e tradições”. Isto porque segundo diz, seria até contraditório não ter refugiados na equipa que pretende definir processos de melhoramento dos sistemas. Esteve, por isso, envolvido nas entrevistas feitas para elaborar o já referido mapeamento nacional, além dos outros trabalhos publicados previamente. “Produzimos vários cadernos para o SEF, a Câmara Municipal de Lisboa, para a ACM [Alto Comissariado para as Migrações], para a ACNUR [Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados] e para a Secretaria para a Integração e Migrações”, diz.



Diaby conta à AGIR que, nas entrevistas realizadas, ouviu relatos distintos, de

acordo com a condição das pessoas (com ou sem família, idade, cultura, etc.), mas “os problemas acabam sempre por ser cruzados ou quase iguais”. “Vai-se falar de apoios, de casa, das crianças, de apoios sociais (que são insuficientes) vai-se falar de saúde, de emprego”, entre outros.

A DIFERENÇA ENTRE OUVIR E ASSISTIR

Um dos relatos ouvidos durante o processo de recolha de testemunhos foi o do jovem sírio de 25 anos Abdul Alhamad, que reside em Portugal há cinco anos. O percurso até chegar a Coimbra, onde vive atualmente, foi sofrido e tumultuoso: fugiu da Síria para a Turquia, por terra, tentou várias vezes a travessia do Mediterrâneo em direção à Grécia, pois era frequentemente preso e obrigado a regressar. Quando conseguiu chegar a esse destino - o primeiro de muitos outros na Europa - passou ainda por campos de refugiados e dormiu ao relento entre fronteiras. “Foi muito difícil”, diz.

Pelo seu árduo percurso, Abdul é um exemplo paradigmático de alguém que é “pró da integração”. Foi, por isso, uma das pessoas ouvidas durante o processo de mapeamento levado a cabo pelo ComParte.

“Eles conseguiram fazer coisas que outras instituições não conseguiram fazer. Conseguiram reunir refugiados com profissionais e [altos] responsáveis - como o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Diretor[-Geral] da Segurança Social e responsáveis de algumas instituições aqui na cidade de Coimbra - para falar das dificuldades dos refugiados, nomeadamente o trabalho, habitação social, muitas coisas.”

Este facto é importante pois, conforme explica o jovem, apesar de não ter encontrado dificuldades no que respeita ao relacionamento com a população



e cultura portuguesa, é importante chegar “àqueles que têm possibilidade de facilitar a vida”. “Não sei [se os responsáveis e decisores políticos] não têm capacidade, se não querem ou se têm circunstâncias diferentes. Não percebo muito disso, mas percebo que eles são capazes de ajudar alguns refugiados, porque nós somos poucos aqui em Portugal”, sublinha, referindo-se ao facto de este grupo ser ainda uma minoria no nosso país.

Este contacto é, precisamente, um dos objetivos do mapeamento e dos cadernos publicados pelo ComParte, mas não é o único. Conforme explica Marta Trindade: “não nos fazia sentido que este conhecimento ficasse fechado só nestas entidades-chave”. Isto porque apesar de o papel dos profissionais e decisores ser muito importante, continua a ser necessário sensibilizar a sociedade civil. Isso mesmo foi referido à AGIR por Diaby Abdourahamane, que afirma que “as pessoas são sensíveis a isto, mas há muito poucas pessoas sensíveis ao porquê”.

Diaby explica que o acolhimento de refugiados é fruto de acordos entre Estados, e que, por isso, deve ser responsabilidade dos mesmos, não deve ser encarado como uma mera ação solidária. “Portugal faz este trabalho [de integração e apoio] com muita vontade, mas é uma obrigação cívica, não é nenhuma caridade”, sublinha. “Eu gosto muito que as pessoas achem que estão a ajudar, mas devem saber também do pleno direito desta pessoa de estar aqui”, diz.

Para que a necessária sensibilização possa continuar, o mapeamento será uma ação contínua e, de acordo com Marta Trindade, vai até segmentar-se por faixas etárias, género, proveniência, etc. “Nós não somos uma resposta assistencialista, antes pelo contrário. Obviamente que acabamos por promover a integração, por permitir ou por criar espaços para que os ‘prós da integração’ contribuam, mas o nosso objetivo é mesmo olhar para eles como um contributo único que não existe”, explica a responsável do ComParte.



SEÇÃO

“AMAR AS PESSOAS E O PLANETA: A FORÇA QUE PRECISAMOS PARA LUTAR”

No início de novembro, Glasgow foi palco de uma erupção popular pela justiça climática.

Indígenas, estudantes, sindicalistas, migrantes, mulheres e cientistas afirmaram a sua liderança perante a crise ecológica.

É um sábado de outono, 6 de novembro, em Glasgow, Escócia. O cinzento da cidade vê-se invadido por uma colorida manifestação. “Um protesto público cujo tamanho e escala estão para lá de tudo o que temos na memória”, descreve a polícia.

Encabeçando a imensa marcha de 100 mil pessoas, estão participantes vindos de Kahnawake, no atual Canadá. “Estamos aqui para colocar as vozes indígenas na linha da frente da crise climática”, diz Karahkwintha, de 23 anos, ao Guardian. “É tão óbvio que os povos indígenas têm as respostas”. Após cinco séculos de colonialismo (projetos de monoculturas, minas ou barragens continuam a destruir os

territórios em que vivem), os povos indígenas representam hoje uma ínfima fração da população mundial. No entanto, protegem 80% da biodiversidade do mundo. Narubia Werreria, mulher Karajá do atual Brasil, diz ao jornal digital Setenta e Quatro: “Sem demarcação dos territórios indígenas não tem solução climática. Nós estamos mantendo as florestas do mundo em pé”.

A meio da manhã, dezenas de cientistas, vestindo batas brancas e acorrentados pelo pescoço, bloqueiam a ponte Jorge V. “Os cientistas têm um dever moral de agir”, diz um dos participantes do grupo *Scientist Rebellion*. “11 mil cientistas

declararam que estamos numa emergência climática. Mas não se age como tal. Estamos aqui para encorajar todas as pessoas a rebelar-se contra o sistema que está a matar tudo.”

O sol irrompe no fim da marcha, quando Vanessa Nakate discursa perante a multidão.

Nos seus 24 anos de vida, viu as crescentes cheias devastarem o Uganda. “África é responsável por apenas 3% das emissões globais, mas as africanas estão a sofrer os efeitos mais brutais da crise climática.”

“A crise está aqui agora”, diz a jovem. “Mas as quintas podem voltar a florir e os animais a fruir. Pode haver uma celebração dos povos, comida para comer e água para beber. O poder das pessoas triunfa, a Terra é respeitada. Outro mundo é necessário, outro mundo é possível. Continuaremos a lutar em todas as formas. O amor pelas pessoas e pelo planeta é a força de que precisamos.”

A marcha de Glasgow foi o epicentro de 300 ações por todo o planeta, e de vários dias pela justiça climática. Outra marcha homenageou as mulheres indígenas mortas devido ao modelo extrativista e, a convite da Fridays for Future, milhares de jovens esvaziaram as salas de aula e invadiram as ruas.

A Cimeira dos Povos reuniu milhares de pessoas e centenas de organizações, e fechou com exigências simples. Os países do Norte global, que enriqueceram com a exploração do planeta e dos países do Sul, devem pagar a sua dívida. Os grandes poluidores, e as suas falsas soluções (como compensações e mercados de carbono, sob o conceito de “Net Zero”), devem ser afastados. O sistema alimentar, responsável segundo a ONG Navdanya por quase metade das emissões de gases de efeito de estufa (GEE), deve ser transformado, fortalecendo as comunidades,



© Midia_Ninja

a regeneração ecológica e a soberania alimentar.

Todos estes encontros decorreram à margem da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26). Como acontece desde 1995, delegações dos governos mundiais negociaram um novo acordo para a redução de emissões globais de GEE. Há 25 cimeiras que as emissões aumentam – exponencialmente.

E também esta COP foi alvo de várias críticas. Foi “a mais branca e privilegiada de sempre”: a coligação COP26 denunciou que dois terços das participantes do Sul global foram excluídas devido a restrições. “Numa altura em que se instaura um apartheid ecológico, roubando aos povos do Sul o direito democrático a ter voz”, disse a investigadora Vandana Shiva.

Segundo a Global Witness, a delegação mais numerosa – maior que as dos 8 países mais afetados pelas alterações climáticas juntas – foi o lóbi das empresas de combustíveis fósseis: 500 representantes. Angola, Brasil e 25 outros países trouxeram ainda lobistas do petróleo e do gás nas suas delegações.

Houve até um pavilhão exclusivamente dedicado às empresas: na Zona Verde, multinacionais como Unilever, Microsoft ou Iberdrola, três das principais patrocinadoras da COP, espriaram marketing amigo do ambiente.

Enquanto alguns celebravam a menção de “combustíveis fósseis” no acordo da COP26, o relatório Drill Baby Drill, da plataforma Acordo de Glasgow, revelava 800 novos furos de petróleo e gás planeados no mundo até 2023.

“A resposta para a crise climática não está na COP”, disse Narubia Werreria, desde as ruas e a multidão de Glasgow. “Está aqui, nas ruas!”.



© Midia_Ninja

MOSTRA—ME

Mostra de Documentários sobre Direitos Humanos

SECÇÃO

MOSTRA-ME aponta os holofotes aos direitos humanos

Entre os dias 22 e 24 de novembro, o cinema São Jorge, em Lisboa, exibiu sete documentários sobre alguns dos maiores desafios que se colocam aos direitos humanos no mundo.

Do Afeganistão a Portugal.

A 17ª edição da MOSTRA-ME - Mostra de Documentários sobre Direitos Humanos, uma exibição de cinema documental promovida pela Amnistia Internacional Portugal, deu a conhecer sete documentários, sendo dois deles sobre a realidade portuguesa. Esta foi a primeira edição a decorrer no cinema São Jorge, em Lisboa, uma vez que as anteriores tiveram lugar em Sintra.

Entre os dias 22 e 24 de novembro, estas peças documentais levaram a refletir sobre alguns dos principais conflitos e atentados aos direitos

humanos que estão a acontecer no mundo. “As artes sempre foram um veículo muito poderoso para a consciencialização, solidariedade e envolvimento em direitos humanos. O cinema documental tem um papel especialmente marcante pela sua natureza: expõe a realidade que tantas vezes não se conhece, traz à luz o que tantas vezes está escondido”, refere Susana C. Gaspar, responsável pelo projeto Artes pela Amnistia e pela organização da MOSTRA-ME.

A programação iniciou-se com “Ghosts



of Afghanistan”, uma viagem à história conturbada do Afeganistão, relatada em primeira mão por quem tenta perceber se ainda existe esperança para a paz no país. Seguiu depois para Hong Kong, Chile e Uganda, em “Dear Future Children”, para retratar o impacto do ativismo na vida pessoal de três jovens que defendem a democracia, justiça política e o meio ambiente. A volta ao mundo continuou com o documentário “As I want”, onde os espetadores foram levados a acompanhar milhares de mulheres que saíram à rua em protesto contra as várias agressões sexuais no aniversário da revolução do Egito. Por sua vez, “Mayday” apresentou o drama dos migrantes no mar Mediterrâneo, a partir do testemunho de Miguel Duarte, um voluntário português que realizou missões de resgate marítimo. Chegados à exibição de “Shadow Game”, ficámos a conhecer as dificuldades diárias daqueles que fogem de países devastados pela guerra.

Os dramas dos direitos humanos em Portugal também tiveram lugar nesta mostra, com a exibição de

dois documentários. “Racismo à Portuguesa” analisa a questão do racismo na preferência do arrendamento a pessoas brancas pelos senhorios, passando pelo sistema judicial português e pelas prisões. E a última viagem do MOSTRA-ME foi até ao bairro do Aleixo, com o documentário “A Nossa Terra, o Nosso Altar”, um retrato da tensão sentida face à gentrificação que se assume um destino forçado.

Para a responsável da organização da MOSTRA-ME, esta exibição documental é “uma ferramenta que contribui para que mais pessoas estejam atentas e compreendam o quão importante é a sua ação”. “Só assim será possível cumprirmos a nossa visão de um mundo em que a solidariedade, a empatia e os direitos humanos são uma realidade para todas as pessoas, quem quer que sejam, onde quer que nasçam justifica”.

Sobre a mesma exibição documental, Pedro A. Neto, diretor executivo da

Amnistia Internacional Portugal, declarou: “os sete documentários que se apresentam este ano representam um olhar profundo sobre alguns dos atuais desafios de direitos humanos em várias partes do mundo, e também em Portugal. A MOSTRA-ME coloca-nos perante uma diversidade de situações onde as pessoas vivem diariamente violações de direitos humanos, relembrando que existem ainda muitos avanços por conseguir para um mundo mais justo, pacífico e seguro”.

À semelhança das edições anteriores, após a projeção de cada filme, decorreu uma sessão com o público, que contou com a participação dos realizadores e de especialistas, para uma análise mais detalhada do conteúdo, em conjunto com a Amnistia Internacional.

Todos foram convidados a atender e a intervir nos mesmos, de forma a potenciar a consciência individual e coletiva sobre direitos humanos e a contribuir para uma sociedade mais bem informada e formada.



SECÇÃO

O efeito da pandemia nas pessoas com deficiência

Há dez anos o relatório da Organização Mundial de Saúde sobre as pessoas com deficiência já alertava para vários fatores agravados agora com a pandemia da COVID-19. Têm mais tendência a um envelhecimento precoce, aumenta o risco de pobreza e de mais comorbidades. No caso das pessoas com problemas cognitivos, mesmo as que têm maiores rendimentos, em lares, por exemplo, veem aumentado o risco de morte, alertam os especialistas. Os que vivem com familiares também estão neste cenário preocupante.

Estimativas preveem que entre 20% a 30% das pessoas sofram com o impacto psicológico da pandemia, só em Portugal. O Organismo Estatístico britânico revelou que antes da COVID, a classificação média para a ansiedade era de 4,3 em 10 para pessoas com deficiência, mas a classificação média de ansiedade das pessoas com deficiência aumentou, em 2020, após o surto da pandemia, para 5,5 em 10. Na generalidade dos tipos de deficiência, as barreiras em todo o mundo durante os confinamentos aumentaram o risco de exclusão social. É o caso das pessoas com deficiência que podem precisar de aceder aos cuidados de saúde ou às farmácias.

Carla R. foi jornalista durante 30 anos e, hoje, aposentada por invalidez, sentiu alguns destes fatores durante o confinamento em Portugal. Por ser asmática evitava o exterior, saindo, apenas por breves instantes, para passear uma cadela. As compras eram entregues em casa, o que teve um grande peso em termos económicos. Psicologicamente não sentiu grandes consequências, reconhecendo que havia muita informação “contraditória”, e os cientistas andavam um pouco à nora”, mas revela que lhe causava alguma ansiedade querer e não poder ir aos hospitais, quando se sentia pior. “Preocupava-me bastante” e colmatava essa insegurança na companhia dos

animais e contacto social à distância: “Eu tentava ocupar o cérebro”, diz Carla. Irritava-se “quando alguns diziam que a doença era uma constipaçãozinha”. Ao contrário da perceção geral, “as pessoas foram muito mais egoístas à escala mundial e isso vai perdurar no tempo. Muitos adotaram animais para passearem durante a quarentena, mas depois do desconfinamento, abandonaram-nos”. Carla aconselha que os novos apoios para as pessoas com deficiência devam “ensinar as pessoas a respeitarem as que sofrem de qualquer género de deficiência”.

Pedro N., 27 anos, é técnico de telecomunicações. Um acidente tirou-lhe capacidades essenciais. Esteve longos períodos de baixa, e vive agora do Rendimento Social de Inserção. Tal como Carla, utilizou estratégias durante o confinamento “para não dar em maluco”. “Tinha que pedir ajuda a amigos e vizinhos para me deixarem à porta do prédio alimentos e medicamentos”. Neste período não sentiu que a sua dignidade tivesse ficado comprometida, mas aponta como “indigna a escalada galopante de preços de tudo, como a alimentação”.

Jorge Falcato, do Centro de Vida Independente (CVI), declara que noutros países, “houve muitas orientações para o desconfinamento e em Portugal não se viu isso”, referindo mesmo que esta situação pode violar a Convenção Internacional para as Pessoas com Deficiência. Dá como exemplo o facto de não existirem ainda números oficiais sobre a situação nos lares para deficientes, sobre mortalidade: “suspeitamos, nesses locais, de grande incidência da infeção. Se a pessoa saía do lar, quando voltava ficava de quarentena”. Com as pessoas mais fechadas em casa, Jorge Falcato, refere que em muitos casos até “dispensavam a assistência pessoal com medo do contágio. Isso terá agravado o cenário na fase mais crítica da pandemia”

dado o grau de dependência destas pessoas: “ajudar a levantar da cama, higiene pessoal, compra de alimentos e medicamentos,” são tarefas diárias que foram afetadas mais diretamente.

Ana Parente, psicóloga clínica, diz que tem tido “muitos mais pacientes” com o eclodir da pandemia e revê-se nestas preocupações.

A Ordem dos Psicólogos adverte que “os efeitos colaterais da pandemia são igualmente devastadores – desemprego, perda de rendimentos, deterioração das condições de vida”. A crise pandémica e socioeconómica “pode agravar ou conduzir a dificuldades e problemas de Saúde Psicológica (como a depressão, a ansiedade ou o stresse)”.



ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em março de 2021, o governo aprovou a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 que visa “consolidar os progressos até agora alcançados e perspetivar o futuro, tendo sempre em vista o reforço do compromisso com a inclusão das pessoas com deficiência”, assumindo como prioridade “uma sociedade que se quer mais justa, mais solidária, que respeita a diversidade”, como trabalho, emprego e formação profissional; promoção da autonomia e vida independente; medidas, serviços e apoios sociais; cultura, desporto, turismo e lazer; conhecimento, investigação, inovação e desenvolvimento”.

Contudo as associações que falaram com a Amnistia Internacional têm críticas a apontar. Jorge Falcato, do Centro de Vida Independente (CVI), critica a Estratégia Nacional, que “relativamente aos planos de ação de cada área governativa, para além de não serem claros os seus objetivos e impactos previstos, devia ser mais ambiciosa na sua definição e orientação”. Também a Associação Portuguesa de Deficientes critica o modelo. Considera que para alcançar este desígnio “é imprescindível assegurar a acessibilidade, a educação, o trabalho, a reabilitação, a saúde, os serviços e apoios”.



©hossam sarhan



EGITO

LIBERDADE PARA MOHAMED BAKER

Mohamed Baker é um corajoso advogado de direitos humanos no Egito. Mas hoje, em vez de desfrutar do que o faz feliz, apenas pode sonhar com esses momentos de felicidade.

Tudo começou em setembro de 2019 quando se preparava para defender um proeminente ativista que tinha sido injustamente detido. Só que, nesse dia, foi ele que acabou preso pelas autoridades.

Está preso há mais de dois anos, e nunca foi formalmente acusado ou levado a tribunal. Foi alvo de acusações falsas, relacionadas com terrorismo, apesar de ser muito claro que foi posto atrás das grades devido ao seu trabalho em direitos humanos, sobretudo na área da justiça penal, do direito à educação e dos direitos dos estudantes.

Atualmente, está numa prisão de alta segurança, em condições cruéis e desumanas, sem acesso a cuidados de saúde e privado de uma cama ou colchão, água quente, exercício ao ar livre e até de ter fotos de família. Mohamed Baker arriscou tudo para defender e proteger os direitos humanos de outras pessoas, mas, agora, é ele que precisa da nossa ação.

Juntos, vamos tirá-lo da prisão.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/mohamed-baker-egito/

©Maho Irigoyen/Amnesty International



MÉXICO

ATACADA POR DEFENDER OS DIREITOS DAS MULHERES

Wendy Galarza acredita que apoiar crianças nos primeiros anos das suas vidas é a melhor forma de criar sociedades mais generosas e compreensivas. É um objetivo pelo qual trabalha muito, sobretudo pela forma como as mulheres são tratadas no seu país: no México, são frequentemente inferiorizadas, atacadas e até mortas. Mas, por denunciar essa violência e defender esta sua visão feminista da sociedade mexicana, quase perdeu a vida.

No dia 9 de novembro de 2020, Wendy participou numa marcha por justiça pela morte de uma mulher. O protesto decorria tranquilamente até que, em resposta a distúrbios causados por um grupo de pessoas, a polícia disparou para o ar e, segundo alguns testemunhos, na direção das pessoas também. Enquanto tentava fugir, Wendy foi rodeada de polícias e violentamente agredida por eles. Mais tarde, já longe da confusão, descobriu que tinha duas feridas provocadas por balas. Dois dias depois, apresentou uma queixa contra polícia. Mas foram precisos dois meses para que o Procurador aceitasse as provas que Wendy tinha, que incluíam a roupa que usou, com os buracos das balas. Até hoje, nenhuma das pessoas suspeitas foi apresentada à justiça.

Juntos, com Wendy, vamos agir para que seja feita justiça.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/wendy-mexico



TAILÂNDIA

UMA VIDA NA PRISÃO POR SE MANIFESTAR PACIFICAMENTE?

Panusaya “Rung” Sithijirawattanakul é uma jovem de 22 anos e uma das principais vozes que lidera o movimento juvenil pela democracia na Tailândia. Rung tornou-se politicamente ativa enquanto estudava na universidade, em Banguecoque. Ao longo de 2020, tal como milhares de outros jovens, participou nas manifestações por mudança social e política e tornou-se uma das líderes do movimento. Seguida por milhares, Rung apelava por igualdade, liberdade de expressão e pela reforma da monarquia, um tema muito sensível na Tailândia. A sua coragem projetou-a para o palco nacional mas, em resposta, as autoridades identificaram-na como um alvo. Foi detida em março de 2021 ao abrigo da legislação de “lesa-majestade”, que criminaliza todas as críticas feitas à monarquia. Esteve presa durante 60 dias e as autoridades negaram-lhe a possibilidade de sair sob fiança seis vezes. Em reação às injustiças, iniciou uma greve de fome que durou 38 dias. Foi libertada a 30 de abril de 2021, mas pode ser novamente detida a qualquer momento. Rung enfrenta dezenas de acusações e, se considerada culpada, pode passar a vida na prisão. Não ficaremos em silêncio até que sejam retiradas todas as acusações contra ela.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/rung-tailandia/



UCRÂNIA

PROTEÇÃO PARA QUEM DEFENDE OS DIREITOS LGBTI+ NA UCRÂNIA

Anna Sharyhina e Vira Chernyгина fundaram a ONG Sphere e criaram um espaço seguro para mulheres e pessoas LGBTI+ na Ucrânia. Um país onde são frequentemente atacadas e perseguidas pela sua identidade.

Mas a Sphere tem sofrido inúmeros ataques discriminatórios devido ao seu trabalho. Desde 2017, a organização já foi alvo de quase 30 ataques por parte de grupo homofóbicos e, apesar das denúncias que já fizeram às autoridades, até ao momento, ainda ninguém foi responsabilizado.

Um dos ataques mais recentes ilustra exatamente os riscos que enfrentam. Durante a marcha do orgulho LGBTI de 2019, a polícia não só não protegeu quem participava como, em vez disso, juntou-se aos abusos homofóbicos que se registaram. Anna e Vira dizem que esta inação policial perante os ataques constantes deixou a Sphere e os seus apoiantes num permanente estado de medo.

É por isso que é importante atuarmos. Junte o seu nome a este apelo e, juntos, vamos pressionar o ministro da Administração Interna da Ucrânia a investigar e a responsabilizar todos os envolvidos nestes ataques discriminatórios.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/sphere-ucrania/

Marta do Paço, portuguesa e campeã do mundo de surf.



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

A Marta já surfou as páginas da revista AGIR há pouco tempo. É uma jovem de Viana do Castelo, invisual, contando com 16 intensos anos de idade. Faz o que nenhum de nós faria no seu pico de forma: surfar sem ver, surfar de olhos fechados.

Conheci a Marta pessoalmente, por acaso. Estava longe do nosso país e vi uma bandeira de Portugal ao vento numa praia próxima. Indo ao encontro do local e percebendo a aglomeração de pessoas e a animação na praia, fui procurar perceber o que se passava.

Vi a comitiva portuguesa no campeonato do mundo de surf adaptado e a bandeira sinalizava-a. Ao lado, muitas outras bandeiras e comitivas. Uma das atletas da equipa portuguesa era a Marta. Um dos treinadores, era o seu, um professor de desporto que dedicava muito tempo à Marta. Muito tempo invisível como escreverei adiante. A Marta também dedicava muito do seu tempo à escuta, ao mar, às ondas, à coragem.

Impressionaram-me os seus superpoderes, a capacidade de ver, sem ver, a capacidade de escutar o treinador e o mar – tudo ao mesmo tempo, a capacidade de sentir a energia da água que pressente a onda e surfá-la. Recuso-me a chamar ao seu desporto parasurfing. Julgo que dizer surf é também redutor. Talvez supersurfing fosse mais adequado.

“Impressionaram-me os seus superpoderes, a capacidade de ver, sem ver, a capacidade de escutar o treinador e o mar – tudo ao mesmo tempo, a capacidade de sentir a energia da água que pressente a onda e surfá-la.

Recuso-me a chamar ao seu desporto parasurfing. Julgo que dizer surf é também redutor. Talvez supersurfing fosse mais adequado”.

À simpatia da Marta e dos atletas que seguiam com a comitiva, a do treinador, o Tiago, sempre próximo, sempre atento, sempre disponível. – Tudo o que necessitarem, digam – repetiu-me vezes sem conta na despedida.

Naquele evento vi outras coisas que me fizeram ter uma esperança e um otimismo desmedido no mundo. A alegria, acima da competição; a solidariedade e a admiração mútuas, acima de qualquer sentimento de rivalidade desportiva. A generosidade abnegada e tantas vezes invisível e sem recursos destas pessoas, destas federações, destas modalidades com o epíteto de adaptadas ali.

Naquele evento em início de 2020 não vi, nem adivinhava o que vinha aí. Nada do que veio a seguir fazia parte da nossa mente, como o uso de máscaras, os confinamentos, a pandemia, a escola e o trabalho em casa. Nada nos deixaria adivinhar que sair para as compras ou para deitar o lixo no contentor seria o momento de passeio do dia. Mas que esse problema não seria também ele nada comparado com o que outras pessoas passaram nesse ano de 2020 e neste 2021 que agora termina.

Não vimos as dificuldades que têm as deficiências face à norma ou as incapacidades adquiridas aumentar no tempo de pandemia, não vimos os problemas que existiram para garantir a continuidade do seu direito humano de acesso à saúde e de acesso à educação, para não referir outros direitos humanos que estas pessoas e as suas famílias e cuidadores viram postos em causa durante a pandemia, durante os confinamentos e os fechados das escolas

e instituições. Problemas que em caso de novos confinamentos, quase todos surgiriam de novo, percebendo que pouco se fez para melhorar as situações em vez de as remediar.

E há ainda tanto mais que não vemos na Marta e no seu treinador, o Tiago: horas e horas de trabalho silencioso solitário e duro nas manhãs frias e chuvosas do mar de Viana do Castelo. O vento, frio, húmido, mas que mesmo assim o mar chama e é preciso ir pedindo ao esforço que comande o corpo, mesmo quando já não há energia, longe do tempo das bandeiras ao alto, do sol quente, das praias da califórnia ou das breves de imprensa quando o que se merecia eram diretos televisivos, presença nos noticiários e as mais altas homenagens de Estado por um mérito – CAMPEÃ DO MUNDO – que é muito mais que desportivo.

Obrigado, Marta, que no alto dos teus 16 anos, do sorriso simpático e tímido, nos ensinas tanto sobre a Vida.

Fica aqui a minha homenagem e admiração por muito mais que o bronze no mundial de 2018, que o título de campeã europeia em 2019 e que o título de campeã mundial deste ano.

A vida é isso, mas muito mais. Saibamos ver-te e aprender.



©Rui Manuel Fonseca/ GlobalImagens



©Tim Marshall/ Unsplash

“INABITÁVEL PARA HUMANOS”

A cidade de Jacobabad, localizada na província de Sindh, no Paquistão, tem enfrentado continuamente um calor sufocante nos meses de verão dos últimos quatro anos. Para os residentes da cidade, a crise climática não é uma ameaça distante, mas sim uma realidade vivida, e Jacobabad proporciona um vislumbre de como em breve a vida poderá ser em muitas outras partes do mundo.

As alterações climáticas têm-se manifestado através do crescente aumento das temperaturas e ondas de calor que, em anos recentes, têm assolado a cidade de Jacobabad, no Paquistão. Em junho de 2021, os níveis combinados de calor e humidade ultrapassaram um limiar no qual os mecanismos do corpo humano para se arrefecer deixam de funcionar. Na mesma linha, a cidade e as suas pessoas não têm capacidade para reagir, sendo assim obstruídos os seus direitos à saúde, à vida, a um ambiente seguro e saudável, a saneamento, trabalho, habitação e a um padrão de vida adequado.

Os residentes de Jacobabad e o seu modo de vida estão inteiramente dominados por tentativas de escapar ao calor. Aqueles que vivem na pobreza estão entre os mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, privados de alívio do calor devido à sua ausência de acesso a eletricidade, água limpa e habitação adequada. As doenças de pele e relacionadas com o calor são galopantes em Jacobabad, exacerbadas pelo calor, pela água salobra e pela exposição ao sol.

Os assalariados diários, que trabalham no exterior, são os mais expostos ao calor, e os menos equipados para lidar com ele. As mulheres e as raparigas são duplamente afetadas pela sua falta de acesso a mecanismos de arrefecimento que estão disponíveis para os homens e as crianças, como tomar banhos rápidos, saltar para extensões de água próximas, ou mesmo dormir ao ar livre. Na ausência de um sistema de transportes públicos, os estudantes têm de caminhar para a escola sob o calor escaldante. As escolas em questão não estão suficientemente equipadas, o que resulta no abandono por muitas crianças, para trabalharem como mão de obra agrícola.

O Paquistão é um dos países mais vulneráveis climaticamente no mundo, sublinhando a urgência com a qual os países com níveis de emissões elevados, e a responsabilidade histórica pelas alterações climáticas, devem descarbonizar as suas próprias economias e alargar o apoio técnico e financeiro aos países em desenvolvimento, para as suas estratégias de adaptação e mitigação.

Este ensaio fotográfico é o resultado de uma visita de campo levada a cabo pela Amnistia Internacional em agosto de 2021.



Abdul Malik, trabalhador de forno de tijolo e residente em Jacobabad.

UM ENSAIO FOTOGRÁFICO DE JACOBABAD, UMA DAS CIDADES MAIS QUENTES DO MUNDO



Ver o ensaio completo em:

www.amnistia.pt/outros-olhares-jacobabad/



© Shakil Adil / Amnesty International

Um homem abriga-se – ele ainda é um dos mais afortunados, dispõe de painéis solares e sombra.

Um homem desmaia no meio da estrada devido a um golpe de calor, uma ocorrência comum nos meses mais quentes dos últimos quatro anos, em que as temperaturas excederam os 50 graus Celsius.



© Shakil Adil / Amnesty International



Pessoas amontoam-se debaixo de uma árvore, uma das poucas restantes, que lhes oferece sombra.

Um camionista dorme uma sesta debaixo de mesas empilhadas, sob o calor escaldante. A maioria dos trabalhadores faz uma pausa durante a tarde, quando o sol está mais quente, mas isso pode levar a redução dos salários.





Um homem faz um abrigo improvisado a partir de um trampolim descartado. Com a desflorestação descontrolada, cada vez se tornou mais difícil encontrar sombra, e os residentes remedeiam-se com o que têm à disposição.



© Shakil Adil / Amnesty International



© Shakil Adil / Amnesty International

Uma criança refresca-se numa bomba de água manual, a sua única trégua em temperaturas escaldantes.



© Shakil Adil / Amnesty International



© Shakil Adil / Amnesty International

Trabalhadoras da saúde comunitárias efetuando as suas rondas, que devem completar pelas 16h00 para apresentarem a tempo, nos seus escritórios, os respetivos relatórios de progresso diário.

A lenha continua a ser a principal fonte de energia para muitos, reduzindo significativamente a cobertura de árvores da cidade.



© Shakil Adil / Amnesty International



Ver o ensaio completo em: www.amnistia.pt/outros-olhares-jacobabad/

GRANDE ENTREVISTA

NÃO EXISTE LAR SE NÃO HÁ PARA ONDE IR



**ENTREVISTA A BORIS CHESHIRKOV,
PORTA-VOZ ACNUR PARA A ÁFRICA
OCIDENTAL, CENTRAL E ORIENTAL
E PARA A CRISE CLIMÁTICA.**

O Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) é uma organização humanitária com mais de 70 anos. Atualmente em 142 países, tem um staff de 17.000 pessoas a trabalhar em mais de 500 localizações. Boris Cheshirkov é uma dessas pessoas. Em 2013, viu a sua vida mudar quando mais de 10.000 refugiados chegaram à fronteira entre a Turquia e o seu país, a Bulgária. Foi uma voz ativa na denúncia das condições desumanas a que estas pessoas foram sujeitas e tornou-se num alvo público depois de criticar a atuação das forças de autoridade, na primeira morte de um requerente de asilo em fronteiras europeias. Ameaçado de morte, foi obrigado a deixar Sofia e juntou-se à equipa do ACNUR em Lesbos.

Na costa grega, em barcos pouco maiores do que as nossas mesas de sala, ajudou a recolher centenas de corpos cansados e hipotérmicos, por vezes inanimados. Cheshirkov colaborou no argumento do documentário “Human Flow” do artista Ai Weiwei, que em 2017 mostrou ao mundo que não existe lar se não há para onde ir. Atualmente é porta-voz da África Ocidental, Central e Oriental, assim como da crise climática. Em conversa com a Revista AGIR, falou-nos sobre dignidade e deixou-nos um alerta: É preciso ouvir, mas também é preciso agir.



© ACNUR



© ACNUR

Tem vindo a denunciar as condições desumanas que muitos refugiados enfrentam através do seu trabalho no ACNUR. Pode contar-nos um pouco sobre o que faz?

Trabalho há quinze anos para o ACNUR e o meu foco tem vindo a ser maioritariamente a Europa, principalmente entre 2015 e 2016 durante o pico do movimento de refugiados na ilha de Lesbos, na Grécia. Há pouco mais de um ano, passei a integrar a equipa global de porta-vozes e o meu trabalho passou a debruçar-se sobre a África Ocidental, Central e Oriental e a crise climática. Testemunhamos, cada vez mais, os impactos dos choques climáticos nas operações em que trabalhamos e, por isso, passámos a ter uma equipa focada exclusivamente no desenvolvimento de estratégias de combate à crise climática.

A crise climática é há muito uma ameaça global iminente. Mas para muitos, o rasto de destruição e perda é já uma dura realidade.

Como descreve o fluxo de migração devido às alterações climáticas no continente africano?

Ao longo dos anos, temos vindo a ser confrontados com as alterações climáticas no nosso trabalho. Não é um fenómeno novo, mas está a crescer rapidamente e é por isso que tem recebido tanta atenção. O deslocamento forçado, a violência, os conflitos ou a competição por recursos escassos também não são novos, mas pioraram drasticamente. Em 2020, o número global de pessoas deslocadas internamente foi de 48 milhões, sendo 70% proveniente do Corno de África ou de toda a África Oriental, da Região do Sahel, do Corredor Seco da América Central e do Sul da Ásia.

As secas são muito mais longas, muitas vezes seguidas por cheias que também se prolongam por mais tempo e estão a destruir comunidades inteiras. As pessoas não estão a fugir para a Europa ou para os EUA. São raros os casos em que atravessam uma fronteira internacional e até nessas situações optam por países vizinhos. A maior parte permanece dentro das suas comunidades ou em comunidades próximas, na esperança de poder regressar e reconstruir as suas casas. Mas quantas vezes podem estas pessoas reconstruir, se as suas casas estão constantemente a ser ameaçadas? Tudo isto está cada vez mais interligado e já não é possível apontar apenas uma razão para o deslocamento forçado. Numa conjuntura de pobreza extrema, violência intercomunal e os efeitos socioeconómicos da pandemia,

as alterações climáticas são uma agravante que veio amplificar a vulnerabilidade.

Acredita que as alterações climáticas poderão vir a ser uma razão válida para pedidos de asilo? Considera importante reconhecer o estatuto de “refugiados climáticos”?

Os políticos e os meios de comunicação estão a usar bastante o termo “refugiados climáticos”, mas é um termo que não tem uma base legal. Segundo o Centro de Monitorização de Deslocamentos Internos, em 2020, 30 milhões de pessoas foram forçadas a abandonar as suas casas por causa de desastres. Feitas as contas, trata-se de uma pessoa a cada segundo. É um número maior do que o de deslocados por causa de conflitos ou perseguições. No entanto, a definição legal de “refugiado” é muito clara. Refere-se a alguém que atravessou uma fronteira internacional por causa de um medo fundado de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, pertença a um grupo social específico ou opiniões políticas. Não se trata de criar novas terminologias ou mudar definições. A Convenção dos Refugiados é uma ferramenta perfeita. É, provavelmente, um dos melhores instrumentos de defesa dos direitos humanos que temos. O problema está nos governos que não cumprem todos os seus princípios.

Para escapar a desastres ou a guerras, a maior parte dos migrantes e refugiados vê-se obrigada a recorrer a rotas perigosas de contrabando e tráfico. O que dizem os dados recolhidos sobre as adversidades que estas pessoas enfrentam?

Os contrabandistas e traficantes não respeitam a vida humana. Exploram dezenas de milhares de pessoas todos os dias, raptando-as e exigindo resgates. Por vezes torturam-nas e depois colocam-nas em embarcações precárias para uma morte quase certa. Ao mesmo tempo, as pessoas não têm



outra escolha, porque não existe um dispositivo legal. Não podem recorrer a um consulado, apanhar um avião e entrar legalmente noutro país. A ação da comunidade internacional nos processos de paz e na contenção da escalada de conflitos está a agravar-se. Nos últimos anos, o número de deslocados internos duplicou, mas em proporção, o número de pessoas que procuram asilo em países ricos reduziu. Já nos países menos desenvolvidos, o número de deslocados internos aumentou. Vemos conflitos mais longos com deslocados internos durante mais tempo. Passaram onze anos desde que o conflito na Síria começou e poucos sírios conseguiram regressar a casa. O Afeganistão tem milhões de deslocados internos, dentro e fora do país, há décadas. Para muitos, o repatriamento voluntário é cada vez menos uma opção realista.

Temos assistido a conflitos em fronteiras e à tendência crescente de uma retórica xenófoba e antirrefugiados. Qual o papel da comunidade internacional na proteção da dignidade dos refugiados e migrantes?

Infelizmente, não é uma consequência da pandemia. Assistimos a essa retórica há algum tempo e, nos últimos dois anos de pandemia, agravou-se. Esta divisão, e por vezes instrumentalização, é muito preocupante. Conseguimos vê-las nos processos de externalização da obrigação de providenciar asilo, que é não só uma obrigação moral, mas também legal. Quando países, geralmente do mundo rico, dão incentivos a países fora do mundo rico para assumirem as suas obrigações. Nas dificuldades criadas no mar e nas fronteiras terrestres, às vezes com



consequências fatais e na retórica inflamada. Erguer muros ou cercas não impede as pessoas de se moverem. Mesmo a abertura de canais legais, não reduz necessariamente o número de pessoas que tentam deslocar-se de forma irregular. Contudo, os canais legais estão reduzidos ao mínimo e a tendência é reduzi-los ainda mais. O que precisamos é de mostrar respeito, de cumprir as nossas obrigações e de ouvir as pessoas, porque elas são as primeiras a dizer: “Eu não queria sair de minha casa, mas fui forçado e não tenho para onde ir.”

Glasgow acolheu recentemente a COP26. Que expectativas podemos guardar para o futuro dos acordos firmados e onde é que as negociações ficaram a quem?

Acho que está na altura de começar a pensar na COP27. Precisamos ouvir mais as pessoas afetadas, de incluir mais vozes como a de Emtithal Mahmoud que apresentou o poema “Di Baladna” e que descreve muitas vezes a sua experiência como refugiada. Falta mais investimento em

investigação e nos esforços de mitigação. É fundamental que se invista no desenvolvimento de um modelo que sintetize informação sobre futuros deslocamentos, violência e conflitos. E obviamente, em operações mais verdes. Temos de parar de recorrer ao diesel e passar a usar uma energia mais limpa. Precisamos de incluir a participação de líderes locais e das comunidades num plano concreto de ações, em articulação com as autoridades locais e estatais das áreas mais afetadas.

Que projetos implementados pelo ACNUR apostam nesta ponte de diálogo e na construção de resiliência junto das comunidades?

O ACNUR está a trabalhar na análise preditiva, em colaboração com outras organizações humanitárias e a academia, na Nigéria, no Mali, no Burkina Faso e no Lago Chade. Estamos a apostar, também, na reflorestação e em painéis solares que, apesar de não parecerem uma necessidade crítica, estão a salvar vidas. Nos Camarões, na

Etiópia e no Bangladesh, estão a ser desenvolvidos grandes esforços de reflorestação, como a Iniciativa para a Grande Muralha Verde do Saara e do Sahel. Estamos a construir abrigos sustentáveis em sítios como o Líbano e no Chade, estamos a substituir o diesel por energia mais limpa. Em Caucus Bazaar, no Bangladesh, estamos a apoiar milhares de refugiados Rohingya, que sofrem com deslizamentos de terra e cheias intensas durante a época das monções.

O que pode a comunidade internacional fazer para assegurar a proteção e defender a dignidade dos deslocados internos?

A primeira coisa é baixar as nossas emissões para reduzir o aquecimento global. Depois, precisamos que os 100 mil milhões de dólares americanos do Fundo Verde para o Clima sejam investidos num conjunto transparente de ações. Metade destes fundos devem ser aplicados em esforços de adaptação. Precisamos de empoderar as comunidades que estão a lidar com estes choques climáticos, porque são elas que têm não só o engenho, mas também o conhecimento sobre os efeitos dos choques climáticos e sobre as melhores formas de lidar com eles.

Para muitas pessoas, a dignidade humana é mais frequentemente um caminho do que um direito. Que mensagem de dignidade gostaria de deixar aos nossos leitores?

Se analisarmos o que se está a passar no mundo pela perspetiva da crise climática, o deslocamento forçado não é algo distante. Os refugiados não são pessoas distantes. Alguns dos nossos familiares ainda vivos podem ter sido refugiados a dada altura das suas vidas. Os nossos vizinhos podem ser deslocados, podem vir de um país em guerra ou devastado por conflitos. É preciso ouvir as histórias destas pessoas, mas também é preciso agir. Precisamos de aceitá-las nas nossas comunidades.



À LUPA

A Hungria e a afronta ao Estado de Direito

Os direitos humanos e o Estado de Direito estão em sério risco na Hungria, com o governo a enfrentar oposição interna e escrutínio internacional pelo retrocesso, diário, em relação aos direitos humanos e, também, pelas violações do direito internacional e da legislação da União Europeia.

Tanto a Hungria como a Polónia são os únicos Estados-membros da UE sujeitos a procedimentos especiais (ao abrigo do Artigo 7.1 do Tratado da União Europeia), que avaliam se estes países correm o risco de violar gravemente os “valores fundamentais” da UE, incluindo o Estado de Direito e o respeito pela dignidade humana e pela igualdade. De referir que este escrutínio nunca tinha, até agora, sido feito.

OPAPEL DA AMNISTIA INTERNACIONAL

A Amnistia Internacional desde sempre que defende e incentiva a proteção e a promoção dos direitos humanos em todo o mundo. Isso inclui, naturalmente, a defesa de uma ação mais forte e mais responsável da União Europeia em matéria de direitos humanos. Tendo em conta os desenvolvimentos recentes na Polónia e na Hungria, surgiram várias iniciativas destinadas a reforçar a capacidade da UE para defender o Estado de Direito como um dos seus valores fundamentais.

Fomos, por isso, em busca de testemunhos no terreno, de pessoas como qualquer um de nós que contassem a sua experiência no âmbito da importância e da ligação do Estado de Direito com a nossa vida diária, em relação a coisas que consideramos tão básicas como a independência judicial, a liberdade de expressão, a igualdade, a liberdade de imprensa e o direito à educação.

ERZSÉBET DIÓS – JUSTIÇA LIVRE

Erzsébet Diós foi juíza durante quarenta e três anos e viveu, na pele, a ameaça à independência e autonomia da justiça na Hungria. Em 2012, o Estado, através do seu gabinete nacional de justiça, decidiu, de forma arbitrária e unilateral, reduzir a idade obrigatória de aposentação e reformar dezenas de juízes. Só que Erzsébet não aceitou a decisão e submeteu uma ação judicial, da qual saiu vencedora. “A independência judicial está na pele de ser juiz. Para mim, isso significa

que só obedeço à lei, aos factos e às evidências. É com estes argumentos que tomo decisões bem sustentadas”, explica.

DEZSÓ MÁTÉ – IGUALDADE

“Só quando tomamos consciência da nossa identidade é que criamos condições para termos sucesso”. Dezsó Máté tem 35 anos e é investigador social, sendo mentor de vários jovens roma e LGBTQ na Hungria. Como criança rom, vivenciou diariamente a segregação evidente na comunidade húngara, que piorou quando, na universidade, “saiu do armário” assumindo a sua homossexualidade: “Infelizmente, na sociedade húngara, não tem qualquer valor ser roma ou LGBTQ, o que é problemático. É um ato de coragem alguém LGBTQ assumir, plenamente, a sua identidade”. De referir que o parlamento húngaro aprovou uma lei, em 2020, que proíbe o reconhecimento legal de género de pessoas trans, assim como tem outra que proíbe



© Amnesty International/ Mátyás Benes

o casamento entre pessoas do mesmo sexo, contrariando a igualdade como uma condição obrigatória do Estado de Direito.

ZSOLT PORCSIN – LIBERDADE DE IMPRENSA

O amor pelo jornalismo e pela defesa dos mais frágeis surgiu bem cedo na carreira de Zsolt Porcsin, que já no ensino secundário foi reconhecido pelo que escrevia no jornal da escola e no qual teve o primeiro confronto com um professor, após publicar um artigo de opinião. Ao contrário do que esperava, o professor valorizou a coragem e, sem saber, fez o jovem de 17 anos acreditar que não faz sentido ter medo. “É preciso escrever, mesmo que confrontes o poder. O Estado de Direito permite-nos escrever sem ter que ter medo. Os jornalistas fazem perguntas e amplificam as vozes dos silenciados”, assume. Zsolt Porcsin foi, em 2016, um dos oito editores de jornais demitidos por razões políticas. Mas nem assim se

calou e, em 2019, fundou o Debreciner, um independente e crítico portal, feito em crowdfunding, com um número crescente de subscritores.

PETÉR TOROK – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

Peti tem 18 anos e é aluno do secundário em Debrecen. Nasceu e vive num país com um governo que produz campanhas contra os refugiados, fazendo com que 53% da sua população seja anti-imigrante. Não há muito tempo, Petér teve a oportunidade de viajar por alguns países europeus e, chegado a Espanha, num workshop, sentiu-se perdido quando parte da palestra deixou de ser traduzida para inglês. Com os seus colegas, e pedindo ajuda a todos os presentes, de outros países, conseguiu perceber a mensagem e colocar-se na posição de um refugiado que chega a um país estranho e não sabe a língua local, nem tem qualquer tipo de ajuda. Regressado a casa, envolveu-se em atividades

extracurriculares, onde, com os seus colegas, consciencializa “os seus pares” para os direitos presentes no Estado de Direito, os quais nem sempre lhes são facultados ou ensinados.

KATALIN TORLEY – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Uma escola livre e de qualidade é algo que devia ser igual para todos, independentemente de onde se vive. Só que uma escola livre traz livres-pensadores, profissionais mais competentes, pessoas que adquirem conhecimento e opinião. Na Hungria, desde 2010 que o Estado tem as escolas controladas e o investimento para as universidades tem diminuído progressivamente, fazendo com que a qualidade do ensino sofra. Katalin tem sido, desde 2016, uma das principais intervenientes na tentativa de parar esta destruição, tudo porque acredita que se deve ensinar para além dos tempos verbais: “sou professora porque os alunos são fascinantes”, explica.



Elementos do Grupo de Solidariedade LGBTI+ foram absolvidos



No passado mês de outubro, um tribunal na Turquia absolveu as 19 pessoas do Grupo de Solidariedade LGBTI+ que enfrentavam acusações por terem organizado a marcha anual do orgulho LGBTI+ no campus da Universidade Técnica do Médio Oriente, em Istambul. Se consideradas culpadas, podiam ser condenadas a uma pena de até três anos de prisão. Este foi um caso da Maratona de Cartas de 2020 e para este desfecho contribuíram mais de 445.000 assinaturas recolhidas em sua defesa (das quais mais de 19.000 são de Portugal). Todas as assinaturas foram entregues às autoridades turcas.

© Amnesty International

Refugiados sírios finalmente em liberdade

Ahmad Al Waked, Tarek Al A'lo e Fares Al Zo'bi, três refugiados sírios que, desde setembro de 2021, estavam detidos em regime de incomunicabilidade no Líbano foram libertados. A sua detenção aconteceu no Aeroporto Internacional de Beirute, enquanto tentavam viajar para pedir proteção internacional a outro país. Os três encontravam-se em risco de serem forçosamente deportados para a Síria. Além de já lhes terem devolvido os passaportes e terem recebido autorização para pedir asilo noutra país, o advogado dos três referiu que a pressão feita pela Amnistia Internacional contribuiu para sua libertação e segurança.

Professor universitário libertado após injusta condenação

Saiful Mahdi, um professor universitário na Indonésia que estava condenado por difamação, devido a uma mensagem de WhatsApp, está finalmente em liberdade! Após meses de mobilização nacional e internacional, o presidente da Indonésia assinou a decisão que permitiu a sua libertação. Todas as acusações foram retiradas e o valor da multa de 10 milhões de rupias (aproximadamente 625 euros) foi lhe devolvido. Saiful Mahdi nunca deveria ter passado sequer um dia atrás das grades.



© Amnesty International

Chegaram ao Nepal as tão necessárias vacinas contra a COVID-19

No mês de agosto, a Amnistia Internacional lançou uma ação urgente, apelando a que fosse feita pressão ao governo do Reino Unido para que enviasse vacinas para o Nepal, devido à promessa que fez de enviar milhões delas para países que necessitassem.

Após centenas de e-mails enviados pelos ativistas da Amnistia Internacional e uma mobilização verdadeira global (de ativistas em Portugal seguiram cerca de 100 e-mails) chegaram ao Nepal vacinas do Reino Unido e também do Japão e do Butão.



© Rebecca Conway

Foi feita justiça para o caso dos “Briançon7”

Em dezembro de 2018, Benoit Ducos, Lisa Malapert, Mathieu Burellier, Jean-Luc Jalmain, Bastien Stauffer, Elenora Laterza e Théo Buckmaster, conhecidos como o grupo “Briançon7”, foram condenados por “facilitar a entrada irregular de estrangeiros” em França. Tudo porque, em abril desse ano, o grupo participou numa manifestação pacífica, que atravessou a fronteira Itália-França, contra o grupo Génération Identitaire (um grupo anti-direitos humanos). A presença deste segundo grupo gerou uma onda de medo entre refugiados, migrantes, voluntários e defensores de direitos humanos no geral. Mas as boas notícias chegaram recentemente: as condenações foram anuladas na sua totalidade. Afinal, defender direitos humanos não é um crime.



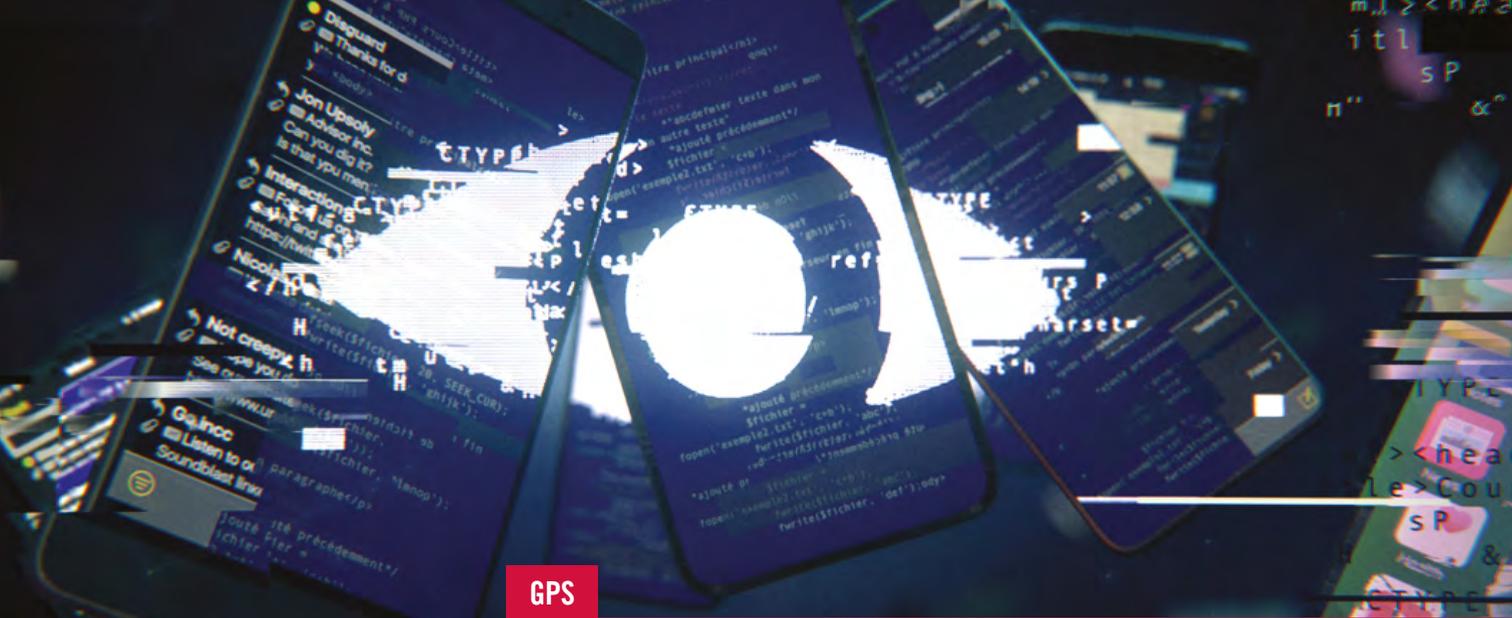
© Laurent Carré

Oumar Sylla não poupou agradecimentos no momento da sua libertação

Oumar Sylla, um conhecido defensor da democracia na Guiné Conacri foi finalmente libertado! Oumar foi detido de forma arbitrária no dia 29 de setembro de 2020 e, em junho de 2021 foi condenado a três anos de prisão pelo seu trabalho pacífico em direitos humanos. As acusações envolviam o crime de “comunicar e disseminar informação falsa, violência e ameaças de morte”. Nas palavras do próprio: “(...) agradeço ao mundo inteiro pelo seu apoio, mas em particular à Amnistia Internacional. Cada ação da Amnistia Internacional confortou-me na prisão. Mais uma vez, obrigada por todo o apoio e ações para a minha libertação.”



© DR



GPS

Projeto Pegasus

EM DEFESA DAS LIBERDADES E DA PRIVACIDADE

Em junho de 2021 foi divulgada a criação do Projeto Pegasus, uma iniciativa conjunta da Amnistia Internacional com um consórcio de cerca de 80 jornalistas de investigação de vários grupos de media internacionais, entre eles o britânico The Guardian, o francês Le Monde, e norte-americano The Washington Post. Este surge no seguimento de uma fuga de informação que dava conta de que mais de 50 mil números de telemóvel estariam a ser vigiados desde 2016, dados a que a Amnistia Internacional e a Forbidden Stories, uma ONG jornalística francesa, tiveram acesso. Foi criado com o objetivo de identificar spyware perigoso que os governos estão a usar para vigiar e perseguir defensores de direitos humanos, membros da oposição em regimes opressivos, e em especial jornalistas.

O software em questão é o Pegasus, criado pela empresa Israelita NSO, que é tido como “o mais poderoso spyware” alguma vez criado. Quem tiver acesso a esta verdadeira arma de espionagem pode, sem qualquer tipo de ação exigida pelo usuário de um telemóvel, aceder aos seus e-mails, passwords, e informação confidencial. Pode inclusivamente ligar a câmara e o microfone do telemóvel, tornando-se este um aparelho de vigilância, isto sem

que a pessoa visada se dê conta. São vários os casos conhecidos de jornalistas, ativistas, académicos, advogados, políticos e governantes, empresários, médicos, militares, figuras religiosas, e até membros da realeza que foram alvo deste software malicioso.

O Projeto Pegasus descobriu que, pelo menos, 188 jornalistas e dezenas de ativistas estavam na lista como alvos do programa, o que põe em causa a

© Amnesty International



liberdade de informar e ser informado – um direito de qualquer cidadão numa sociedade de informação e democrática – e também a liberdade de expressão. E é, também, um ataque grosseiro à privacidade de qualquer cidadão.

A Amnistia Internacional tem vindo a expor, bem como o consórcio de jornalistas, esta situação inaceitável através do Projeto, que investiga e desenvolve *software* capaz de detetar o recurso ao Pegasus em telemóveis. “O Projeto Pegasus expõe o *spyware* da NSO como uma arma de eleição para governos repressivos que procuram silenciar jornalistas, atacar ativistas e esmagar a dissidência, colocando inúmeras vidas em perigo”, disse recentemente Agnès Callamard, secretária-geral da Amnistia Internacional. A NSO tem vindo a afirmar que o *software* que produz é utilizado por governos e forças de segurança e de inteligência somente para combater o terrorismo e crime organizado, facto que é verificável porque encontrámos também telemóveis de suspeitos de crime. No entanto, segundo Agnès Callamard, “o número de jornalistas identificados como alvos ilustra vivamente como o Pegasus é usado como um instrumento para intimidar os meios de comunicação críticos. Trata-se de controlar a narrativa

pública, de resistir ao escrutínio, e de suprimir qualquer voz dissidente”.

Para agravar a situação, o Grupo NSO ter-se-ia comprometido publicamente, em 10 de setembro de 2019, a cumprir os Princípios Orientadores da ONU para Empresas e Direitos Humanos, que garantem o seguinte: “As empresas devem respeitar os direitos humanos. Isto implica que devem evitar infringir os direitos humanos de outrem e devem resolver os impactos adversos nos direitos humanos em que estejam envolvidos, independentemente da capacidade ou vontade dos Estados de cumprir com esta obrigação”. Estariam por isso obrigados a “tomar as medidas adequadas para a prevenção, mitigação, e quando apropriado, remediação” dos impactos nos direitos humanos resultantes das suas atividades.

“A Amnistia Internacional e outras entidades têm documentado um padrão de uso do Pegasus do Grupo NSO contra a sociedade civil. Este *spyware* foi utilizado em ataques contra jornalistas e deputados no México, contra os ativistas sauditas Omar Abdulaziz, Yahya Assiri e Ghanem Al-Masarir, e Ahmed Mansoor, premiado ativista de direitos humanos dos Emirados Árabes Unidos. Também um membro da equipa da Amnistia

Internacional foi alvo, e há alegações de ligação com a morte do dissidente saudita Jamal Khashoggi. Para levar a cabo estas operações, é necessária proximidade física em relação aos alvos ou acesso através das redes móveis, que somente um governo poderia autorizar”.

O *spyware* pode ser usado em qualquer tipo de telemóvel, independentemente do sistema operativo, pois muitas vezes aproveita falhas nas aplicações para se infiltrar.

O que está em causa é a própria democracia, e as liberdades individuais, uma vez que nem os jornalistas, nem os defensores de direitos humanos, nem o cidadão comum está a salvo de ataques do Pegasus. Ao visar sobretudo quem defende os direitos humanos, pondo em causa a sua privacidade, liberdade e integridade física e psicológica, atua como um dissuasor e repressor de comportamentos críticos relativamente aos governos e regimes. Imaginem um mundo, no qual toda e qualquer atividade dos cidadãos é monitorizada e controlada pelo Estado. Esta realidade deixou agora definitivamente de fazer parte do universo ficcional de obras como 1984 de Orwell, para estar presente nas nossas vidas quotidianas. E é isto que o Projeto Pegasus pretende desmascarar, prevenir e combater.

O ano de 2021 foi ainda marcado pela pandemia resultante do vírus SARSCov2 e, concomitantemente, pela capacidade de resposta da nossa organização aos desafios que esta nos levanta. Em 2020, apanhados/as de surpresa, fomos aprendendo algumas lições e adaptando a nossa forma de trabalhar às condições de que dispúnhamos. Os resultados francamente positivos, quer em impacto quer em crescimento, revelaram novas oportunidades e novos métodos, que poderíamos continuar a pôr em prática num ano em que aprovámos a Estratégia Global do movimento e a consequente Estratégia Nacional, para o período 2022-2030.

A tarefa de definição estratégica ocupou grande parte do tempo da direção, primeiro na participação na Global Assembly, onde foi apresentada e votada a Estratégia Global do movimento, um segundo momento onde foram feitas consultas aos Membros, Equipa Executiva e Estruturas Operacionais, relativas à nova Estratégia Global, para que, num terceiro momento, com base nas consultas efetuadas e na estratégia do movimento, se elaborasse o Plano Estratégico da Amnistia Internacional Portugal, que será o contributo da nossa secção para o cumprimento da Estratégia Global. Foi com este intuito que a direção, diretor executivo e diretores de departamento, se reuniram em novembro em Sintra, para preparar o esboço do Plano Estratégico 2022-2030, a apresentar aos membros na Assembleia Geral de dezembro. No fim de semana de 19 a 21 de novembro decorreu, na Costa da Caparica, o Encontro de Estruturas da Amnistia Internacional Portugal, bem como o Conselho Geral, no dia 20, onde foram apresentados e discutidos o Plano Operacional e Orçamento para 2022 e o Plano Estratégico 2022-2030, planos estes bem aceites pelas Estruturas presentes. O principal foco de interesse do Encontro de Estruturas deste ano foi a aproximação de todos os atores da Amnistia Internacional Portugal, tornando o nosso trabalho mais impactante em Direitos Humanos, pela coesão e concertação do trabalho global em Portugal, com destaque para a área de Educação para os Direitos Humanos. Falou-se sobre os principais desafios, potencial de crescimento e dificuldades diagnosticadas no terreno. Foi um momento de partilha entre estruturas sobre as atividades de ativismo desenvolvidas em 2020 e 2021. Uma combinação de formação, treino e partilha entre pares, estruturas, equipa executiva e direção, com apresentação de sessões temáticas que incluíram exposição de conteúdos e modelos de trabalho a desenvolver, destacando-se ainda a realização de um momento de ativismo entre todos/as. Há que partilhar e celebrar desafios de ativismo pelos direitos humanos e capacitar todos os atores da Amnistia Internacional Portugal numa comunicação que leve, a todas as pessoas, esperança.

No dia 4 de dezembro, teve lugar no Auditório da Fundação Portuguesa das Comunicações e em formato online, a

Assembleia Geral Ordinária da Amnistia Internacional Portugal, onde os membros aprovaram por uma expressa maioria documentos relevantes para a nossa secção.

Foi apresentado, discutido e aprovado o Plano Operacional e Orçamento para 2022, destacando-se algumas temáticas, entre as quais, a investigação e advocacia política, a comunicação estratégica e visibilidade para os direitos humanos, o envolvimento digital, a juventude e a educação. Este Plano Operacional traduz uma lógica de trabalho de cooperação entre todos os departamentos da nossa secção, que já provou trazer bons resultados e atingir os objetivos a que nos propomos.

Destaca-se a aprovação do Plano Estratégico 2022-2030, onde foram definidas como prioridades globais a liberdade de expressão e espaço da sociedade civil, pretendendo-se reforçar a liberdade de expressão e de associação e assegurar o direito à reunião pacífica para todas as pessoas. Como segunda prioridade, o foco é a igualdade, a equidade e a não-discriminação, promovendo a justiça de género e a justiça interseccional, bem como o reforço do usufruto dos direitos à saúde, à habitação e à segurança social, assegurar a justiça climática, proteger os direitos dos refugiados, migrantes e os direitos das pessoas em contexto de crises. Para as áreas de trabalho flexíveis, o foco são os problemas e desafios de direitos humanos relevantes ou emergentes e a resposta a crises.

Foi ainda aprovada a proposta de alteração dos Estatutos e Regulamento Eleitoral que adequa o regime de mandatos aos Core Standards, no que se refere aos mandatos desencontrados, bem como a aprovação da modalidade do voto eletrónico.

Que 2022 nos traga mais vitórias pelos Direitos Humanos, contamos com todos e todas neste trabalho!

VENCEMOS JUNTOS.



EM 2021 CRESCEMOS! OBRIGADA!

AMNISTIA
INTERNACIONAL



60
anos

Na primeira revista de 2021 prometemos trazer notícias sobre o nosso crescimento em base de doadores e receitas, já que foi um ano peculiar, em que houve uma aposta em novos projetos e novas estratégias na área de angariação de fundos.

Aqui estamos, meses depois, para partilhar consigo a melhor das notícias: aumentámos o número de apoiantes e membros em mais de 40%! Aumentámos também, a nossa sustentabilidade financeira, face aos números dos últimos anos. A si, que hoje está a ler estas páginas, Obrigada!

Graças a si, a Amnistia Internacional Portugal é hoje um movimento ainda mais relevante e mais presente, não só no mundo, mas também no nosso país. Em 2021 continuámos o nosso trabalho de investigação, de denúncia e de ação; lançámos relatórios que continuam a reportar graves violações de direitos humanos; estivemos presentes em várias atividades de educação para direitos humanos juntos dos mais jovens; alertámos e pressionámos farmacêuticas e governos face à falta de responsabilidade no acesso universal às vacinas COVID-19; continuámos a lembrar que um ambiente saudável é um direito universal; celebrámos 60 anos de aniversário, com uma vela que nunca se apaga; lançámos o nosso relatório anual, que denuncia todas as atrocidades e desigualdades que existem no mundo; continuámos a entregar milhões de assinaturas pelo mundo; tivemos uma forte presença na crise do Afeganistão, alertando para a necessidade da comunidade internacional agir de forma determinante, pressionando ainda o nosso país, para que cumprisse todas as suas obrigações com estes civis afegãos, enviando recomendações ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Ministro da Administração Interna neste sentido; e fomos ainda, no nosso país, condecorados pelo nosso Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, com o título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade, pelo nosso (e seu!) trabalho na defesa dos Direitos Humanos. A si, que com coragem continua a enfrentar o mundo connosco, bem do nosso lado, muito obrigada! Nunca duvide, consigo seremos sempre mais fortes!

É por todas estas pessoas, que algures, no mundo, veem os seus direitos humanos fundamentais abusados ou negados que iremos continuar a angariar fundos. Precisamos de continuar a expor o que está a acontecer; precisamos de continuar a pressionar governos e outras entidades; precisamos de garantir que, todos os dias, conseguimos fazer a diferença na vida de alguém! É na sua coragem que nos temos apoiado para lutar por um mundo melhor e mais justo!

Continue a apoiar-nos!

Queremos continuar a crescer bem perto de si!



“Todos temos medo. É uma psicose geral. As pessoas na vila estavam a dormir nos telhados [para poderem fugir rapidamente]. Eu próprio o fiz”.

ESTAS CRIANÇAS PRECISAM DE PROTEÇÃO!

AJUDE COM O SEU DONATIVO

Há toda uma geração a crescer rodeada de morte e destruição no Níger, longe dos olhares do mundo. Este é o último país no Índice de Desenvolvimento Humano e vive um conflito armado sangrento que tem deixado as populações aterrorizadas. Nós estivemos lá!

O QUE JÁ FIZEMOS NO NÍGER

- Estivemos no terreno e documentámos as atrocidades que estão a acontecer.
- Produzimos um relatório detalhado que foi noticiado em todo o mundo.
- Propusemos soluções concretas para serem implementadas de imediato.
- Temos estado em reuniões de *advocacy* com o governo e as Nações Unidas.

**Em 2022 temos de continuar esta missão.
AJUDE-NOS A IR AINDA MAIS LONGE E A
ASSEGURAR UM FUTURO PARA MILHARES DE CRIANÇAS,
MULHERES E HOMENS, NO MUNDO INTEIRO!**

Entidade: 21721

Referência Multibanco: 066 000 005

Montante: o que puder



939 076 340

IBAN: PT50 0036 0103 99100000985 88

Envie, por favor, a indicação do seu donativo, para lhe podermos enviar mais informação sobre a situação atual no Níger. Envie para o info@amnistia.pt ou para Rua dos Remolares, 7, 2.º 1200-370 Lisboa

Saiba mais em:

www.amnistia.pt/criancas-niger

Brigada

AMNISTIA
INTERNACIONAL 